

The logo for ACGE, consisting of the letters 'ACGE' in a bold, dark blue, sans-serif font. The letter 'A' is stylized with a white square cutout in its center.

WWW.RESPONSABILIDADECLIMATICA.ORG

RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA EM PORTUGAL

ÍNDICE ACGE 2007

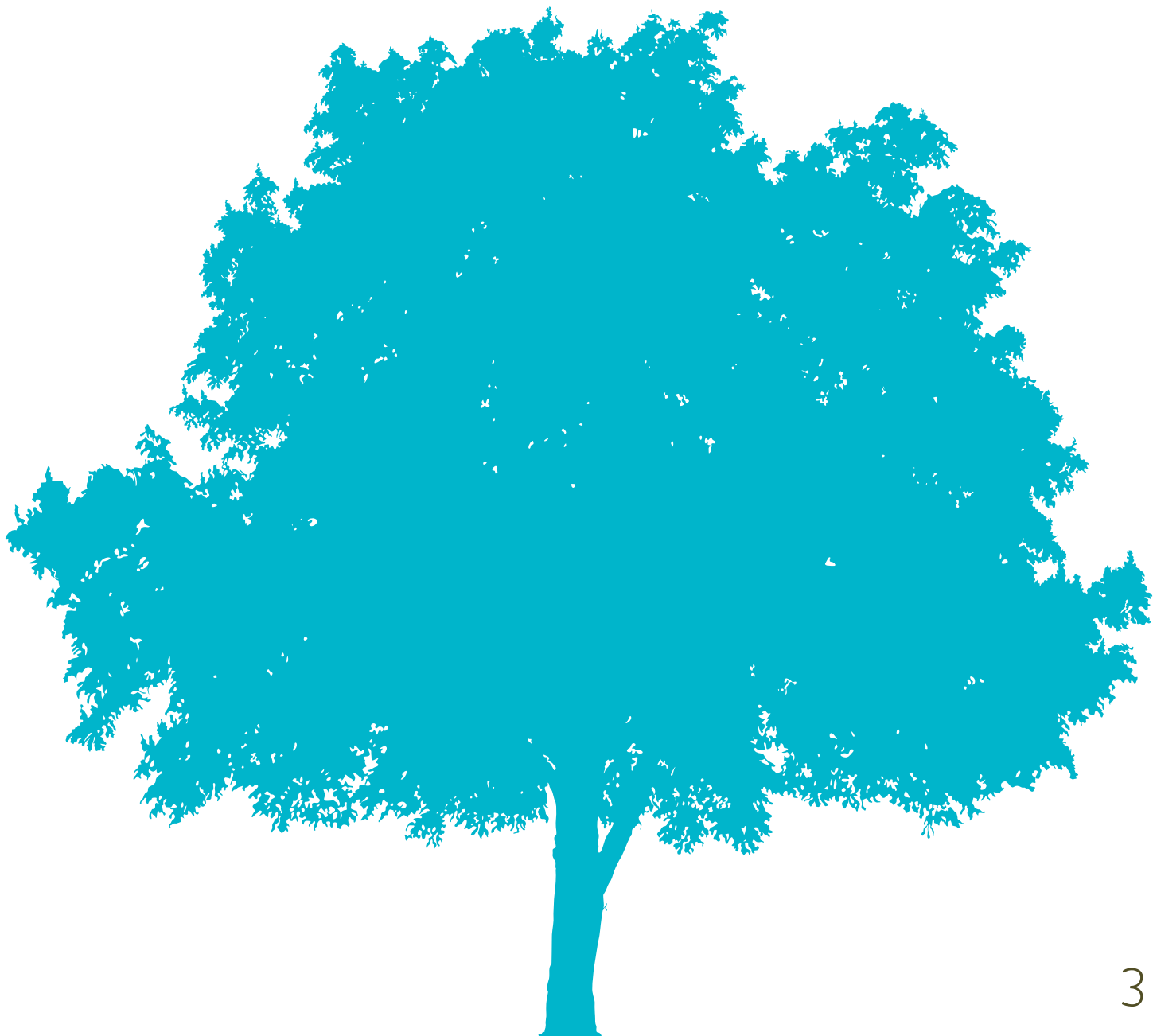
UM PROJECTO Euronatura

ACGE

**ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS
E GESTÃO DE
EMPRESAS**

AUTORES

ENG.º HUGO COSTA



ACGE/07

CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo (CC) do Índice ACGE pretende reunir um conjunto de personalidades que, através da sua experiência e conhecimento, promovem a existência de critérios de avaliação coesos e que melhor reflectem a realidade que o Índice pretende retratar. A criação do CC surge da necessidade de, ao longo do desenvolvimento do projecto, tomar um conjunto de decisões que permitam a reformulação de critérios, realizando assim a preconizada actualização e transposição para realidade empresarial portuguesa. Durante o desenvolvimento do ACGE 2007, as orientações e opiniões dos membros do CC, apesar de não serem vinculativas, acrescentaram valor ao projecto na sua definição final.

Neste contexto a Euronatura é a única responsável pelo projecto, pela sua formulação e pelos seus resultados.

O Conselho Consultivo da edição deste ano é constituído pelos especialistas que se listam abaixo, e cuja anuência ao convite em muito honrou a Euronatura:

DRA. ANABELA VAZ RIBEIRO
**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE ÉTICA EMPRESARIAL**

ENG.ª ANA RITA ANTUNES
QUERCUS

DR. GONÇALO CAVALHEIRO
ECOPROGRESSO

DR. GONÇALO PERNAS
RSE PORTUGAL

DR. JOÃO JOSÉ FERNANDES
OIKOS

DR. JOÃO REIS
GRACE

DR. JOSÉ EDUARDO BARROSO
E.VALUE

ENG. LUÍS ROCHARTRE
BCSD PORTUGAL

DRA. SOFIA SANTOS
SUSTENTARE

ACGE/07

ÍNDICE

CONSELHO CONSULTIVO	4
ÍNDICE	5
SUMÁRIO CONSULTIVO	6
PREFÁCIO	7
SELECÇÃO DOS SECTORES E EMPRESAS PARTICIPANTES	8
RECOLHA DE INFORMAÇÃO – METODOLOGIA	12
/ A Recolha de Informação	12
/ Tipos de Participação: Empresas Seleccionadas e Participação Voluntária	12
/ Capítulos de Avaliação e Secções do Pré-Relatório	16
CAPÍTULO A / Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais	16
CAPÍTULO B / Gestão das Empresas e Preocupações Ambientais	17
CAPÍTULO C / Divulgação das Alterações Climáticas	18
CAPÍTULO D / Inventários de Gases com Efeitos de Estufa	19
/ Participação e Contribuições das Empresas para o Estudo	20
ÍNDICE ACGE 2007 – PRINCIPAIS RESULTADOS	21
/ ÍNDICE ACGE 2007 – Análise Global	22
/ ÍNDICE ACGE 2007 – Empresas com Pontuação Superior a 50%	24
/ ÍNDICE ACGE 2007 – TOP 10	26
/ Análise Por Capítulo	30
CAPÍTULO A / Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais	31
CAPÍTULO B / Gestão das Empresas e Preocupações Ambientais	33
CAPÍTULO C / Divulgação das Alterações Climáticas	35
CAPÍTULO D / Inventários de Gases com Efeitos de Estufa	36
/ Análise Sectorial	40
EVOLUÇÃO ACGE 2004/2007	45
BOAS PRÁTICAS	48
PRINCIPAIS CONCLUSÕES	51
NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS	55
PRÓXIMOS PASSOS: ÍNDICE ACGE SECTORIAL 2008 / ÍNDICE ACGE 2009	57
ANEXO I – AS EMPRESAS	59
ANEXO II – LISTA DE ITENS DE AVALIAÇÃO DAS EMPRESAS DO ACGE 2007	76

ACGE/07

SUMÁRIO CONSULTIVO

O **Índice ACGE 2007** tem como objectivo primordial a avaliação do desempenho de um conjunto seleccionado de empresas a operar em Portugal, relativamente à sua resposta ao desafio das alterações climáticas e de uma economia restrita em carbono.

A apreciação das empresas baseia-se na definição de um conjunto de indicadores demonstrativos dos seus empenhos em combater a questão das alterações climáticas. Estes indicadores avaliam as empresas em 4 níveis: “**Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais**” (**CAPÍTULO A**), a “**Gestão das Empresas e Auditorias Ambientais**” (**CAPÍTULO B**), a “**Divulgação das Alterações Climáticas**” (**CAPÍTULO C**) e a elaboração de “**Inventários de Gases com Efeito de Estufa**” (**CAPÍTULO D**). O levantamento de informação sobre as empresas serve de base à construção, pela Euronatura, de um Pré-Relatório, posteriormente comentado pelas empresas.

A melhor pontuação, no Ranking geral, foi obtida pela Sonae Sierra, pela Chamartín Imobiliária e pelos CTT, estas últimas empresas em igualdade pontual.

Se considerarmos amostra de empresas presentes no Índice ACGE como representativa da economia portuguesa, podemos também considerar que pelo menos metade das empresas portuguesas ainda não encara as questões das alterações climáticas como uma área prioritária de acção.

De uma forma geral e segundo os critérios de avaliação do ACGE, pode dizer-se que existe um número significativo de empresas para as quais não é ainda possível recolher dados sobre o desempenho climático.

Agregando o comportamento das empresas ao longo das quatro edições do ACGE, é destacável o comportamento da Sonae Sierra, dos CTT, da EDP Produção, do BES e da Carris, pela regularidade na obtenção de resultados positivos.

O Índice constitui uma ferramenta para os gestores de empresas, consumidores, investidores, fornecedores e público em geral, possibilitando comparações, tornando viável a tomada de decisões com pleno conhecimento.

ACGE/07

PREFÁCIO

Este é o 4º ano consecutivo que a **Euronatura** produz o ranking “Alterações Climáticas e Gestão de Empresas” cujo objectivo consiste em retratar as empresas portuguesas face à problemática das alterações climáticas. Desde a adaptação inicial do estudo do **CERES (Investors and Environmentalists for Sustainable Prosperity)** à realidade Portuguesa que o ACGE tem progredido em muitos aspectos. São de destacar a realização de um ranking sectorial (ACGE2006) e a verificação externa de uma metodologia cada vez mais robusta e fiável, características que permitem resultados mais credíveis e uma melhor adequação aos planos de gestão das empresas avaliadas.

No contexto do trabalho da Euronatura, o “Ranking ACGE” toma desde o seu início um papel muito importante ao concretizar a primeira abordagem ao sector privado da vertente de trabalhos em “Economia e Clima”. Por um lado, permite contactar os interessados e ‘vanguardistas’ na área proporcionando-lhes destaque perante um público consumidor que toma cada vez mais opções realmente informadas e, por outro, funciona como documento do “estado da arte” em Portugal, permitindo benchmarkings às empresas dos sectores considerados. O ACGE garante assim a qualidade das preocupações ‘verde-clima’ das empresas, contribuindo de forma inegável para a criação de valor em Portugal.

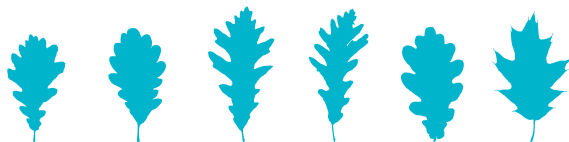
Nesta “era da energia e do clima”, os resultados do **ACGE2007** falam por si e transmitem uma imagem de grande esperança na crescente perspectiva de sustentabilidade, que é já parte integrante do pensamento dos negócios em todas as áreas: o número de empresas com estas preocupações aumentou, as formas de abordagem são cada vez mais originais e intrínsecas ao funcionamento das empresas, isto é, em termos globais, o nível de resposta às emissões directas e indirectas de CO2 é cada vez maior e melhor.

É com grande alegria que dou os parabéns à equipa da Euronatura responsável por este novo ranking ACGE2007, e principalmente ao Hugo Costa que com todo o brio tomou as rédeas da equipa e, se não bastasse, presidiu à organização, gerindo os projectos, os recursos (humanos e outros) e os novos ‘gabinetes’, da melhor forma sustentadamente possível... e portanto com o mínimo de emissões de gases com efeito de estufa associadas!

RITA SOUSA

ACGE/07

**SELECÇÃO
DOS SECTORES
E EMPRESAS
PARTICIPANTES**



A 4ª edição do Índice ACGE aposta na avaliação do comportamento das empresas numa dimensão temporal. Considerando a informação gerada nas edições anteriores (com especial atenção para os Índices multisectoriais de 2004 e 2005), é cada vez maior a possibilidade de analisar a existência de tendências e evoluções no comportamento das empresas ao longo dos últimos anos. Assim, aquando da selecção das empresas, considerou-se relevante a existência de informação oriunda de participações em edições anteriores no Índice ACGE. A existência de informação sobre a empresa foi, portanto, um factor determinante na escolha das empresas participantes na edição **ACGE2007**. Por outro lado, foi também critério decisório a necessidade de continuar a dotar o Índice de representatividade económica e social. Neste contexto, considerou-se que as empresas seleccionadas deveriam representar, no seu conjunto e de forma tipificada, o tecido empresarial português. Neste encadeamento, na selecção das empresas, foi considerada a sua importância económica para o país e a sua notoriedade, cobrindo um largo espectro da sociedade e economia portuguesa. Preconizou-se o envolvimento de um conjunto alargado

de sectores cujo valor relativo de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) fosse relevante, como são os sectores: energético, transportes, indústria e resíduos. Neste contexto foi considerado o **PORTUGUESE NATIONAL INVENTORY REPORT ON GREENHOUSE GASES, 1990 – 2006**. Neste relatório fica patente a representatividade, no que respeita a emissões GEE, dos sectores abrangidos pelo ACGE. O sector da Queima de Combustível é responsável por 71,6% do total de emissões de GEE, e inclui um vasto número de actividades tais como os transportes, alguns serviços, a construção e a produção e transformação de energia. O sector dos Processos Industriais, que representa 9,6 % do total de emissões de GEE, abrange a Agro-Indústria, bem como a Produção de Cimento. Já o sector dos Resíduos (incluindo incineração), e a Utilização de Solventes e Outros Produtos (com a Produção de Têxteis), são responsáveis por 8,2% e 0,4%, respectivamente, do total de emissões de GEE. Todos estes sectores estão representados no ACGE2007, ficando assim garantida a representatividade do Índice, no que concerne às emissões globais de GEE para Portugal. Foi ainda considerado como critério importante, a selecção de sectores usualmente contemplados na

formulação das políticas nacionais para as alterações climáticas (o Programa Nacional para as Alterações Climáticas e o Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão), como por exemplo o sector da oferta de energia ou sectores com instalações associadas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). Podemos sintetizar dizendo que o conjunto de empresas e sectores abrangidos no Índice obedece, por um lado, a uma lógica quantitativa, na sua dimensão económica, social e ambiental; e por outro, não negligencia a sua função pedagógica e formativa, analisando também empresas que não tendo obrigações legais, em matéria de emissões de GEE, poderão ser alvo de regulamentação específica. O ACGE, na sua versão multisectorial, tem assumido como critério de selecção das empresas a necessidade de realizar o estudo comparado de, no mínimo, duas empresas por sector, para possibilitar a realização de uma análise sectorial. Neste contexto, e especificamente no que diz respeito ao sector da Refinação de Petróleo, pelo facto de não existirem em Portugal empresas concorrentes, não tem sido possível concretizar este objectivo. No ACGE2004 optou-se por incluir a CEPESA, empresa que actua em Portugal e é responsável por grande parte da refinação em Espanha. No entanto, por dificuldades operacionais, a CEPESA acabou por não ter uma participação activa; pelo que no ACGE2005 optou-se por não realizar esta análise comparada. Durante o ACGE2007 foi possível reunir as condições que possibilitaram a inclusão da CEPESA e assim cumprir o objectivo de estudar duas empresas para este sector. O Projecto ACGE e a Euronatura têm realizado um contacto

anual com cerca de 50 empresas portuguesas, e o conhecimento que se adquire acerca destas é frequentemente o resultado do que as próprias estão dispostas a dar em prol do projecto. Assim, mais uma vez, procurámos destacar as empresas cuja resposta ao desafio das alterações climáticas se revelou mais proactivo e cujo comportamento tenha ultrapassado o mero cumprimento de obrigações legais. Com base neste pressuposto, aquando da selecção das empresas, foi considerada a possibilidade de outras empresas, embora não sendo seleccionadas, puderem participar voluntariamente. Aumentar os níveis de participação voluntária foi um dos objectivos atingidos nesta edição. Este intento foi conseguido por intermédio da parceria com o **Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD Portugal)**, através do envio de e-mails aos stakeholders das edições anteriores do ACGE e da divulgação no sítio do projecto¹.

¹ www.responsabilidadeclimatica.org

RANKING ACGE/2007 EMPRESA PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO

BANIF - GRUPO FINANCEIRO
BANCO SANTANDER TOTTA S.A.
METRO DO PORTO S.A.
ECO CHOISE S.A.
DELTA CAFÉS SGPS

TABELA 2 / Listagem das empresas de participação voluntária.

De seguida, a listagem do conjunto de empresas participantes, de acordo com o seu tipo de participação no Índice ACGE 2007:

RANKING ACGE/2007	EMPRESA	SECTOR	EMPRESA
SECTOR			
AGRO-INDÚSTRIA	Lactogal Nestlé - Portugal	AVIAÇÃO CIVIL	TAP Sata Internacional
TRANSPORTE URBANO	STCP - Soc. de Transportes Colectivos do Porto Companhia Carris de Ferro de Lisboa	PRODUÇÃO DE ENERGIA	EDP Produção Tejo Energia
TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS	Transportes Luís Simões Patinter	REFINAÇÃO DE PETRÓLEO	Galp - Petrolífera CEPSA
TRANSPORTE FERROVIÁRIO	CP Comboios de Portugal Fertagus, Travessia do Tejo Metropolitano de Lisboa	PASTA, PAPEL E IMPRESSÃO	Portucel Soporcel Celulose Beira Industrial - CELBI
DISTRIBUIÇÃO	Modelo Continente Pingo Doce - Feira Nova	INDÚSTRIA CERÂMICA	Revigrés Companhia Industrial de Cerâmica - CINCA
IMOBILIÁRIA DE LAZER	Sonae Sierra Chamartín Imobiliária	INDÚSTRIA QUÍMICA	Continental Mabor Quimigal
GESTÃO DE RESÍDUOS	Valor Sul LIPOR	PRODUÇÃO DE CIMENTO	CIMPOR SECIL
SERVIÇOS BANCÁRIOS	Caixa Geral Depósitos Millennium BCP Banco Espírito Santo	FABRICO DE TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS SIMILARES	Tintas CIN Tintas Dyrup
SEGURADORAS	Império Bonança AXA Seguros	CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS	Mota Engil - Engenharia e Construção Somague Engenharia Teixeira Duarte
ACTIVIDADE DE CORREIO	CTT DHL	INDÚSTRIA TÊXTIL E FIBRAS	Lameirinho Físipe

TABELA 1 / Listagem das empresas constituintes do Ranking ACGE 2007.

ACGE/07

**RECOLHA DE
INFORMAÇÃO
/ METODOLOGIA**

TIPOS DE PARTICIPAÇÃO: EMPRESAS SELECIONADAS E PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

O Projecto “Responsabilidade Climática: Índice ACGE 2007” contempla dois tipos de participação: a participação das empresas seleccionadas e a participação voluntária. O primeiro tipo de participação depende da selecção realizada pela Euronatura, com a aprovação do Conselho Consultivo. Esta, foi finalizada a 2 de Abril de 2008, após a primeira reunião com o referido conselho. A participação voluntária permite a participação de qualquer entidade através do fornecimento de informação. Este módulo de participação foi divulgado através do envio de correio electrónico às empresas que participaram nas edições anteriores e através do Business Council for Sustainable Development, Portugal. Contudo, dado os constrangimentos na capacidade de avaliar um número demasiado elevado de empresas, este tipo de participação foi restringido a um máximo de 10 empresas. A estas empresas não é aplicada a metodologia de recolha de informação. Para as participações voluntárias a informação que serve de base à definição do Índice é oriunda, exclusivamente, da empresa em causa. Durante todo o período de análise foi disponibilizada informação no site do Projecto² para qualquer empresa que pretendesse participar voluntariamente.

A RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Após a selecção das empresas participantes, a recolha da informação necessária à elaboração do Ranking ACGE 2007 seguiu a seguinte metodologia³:

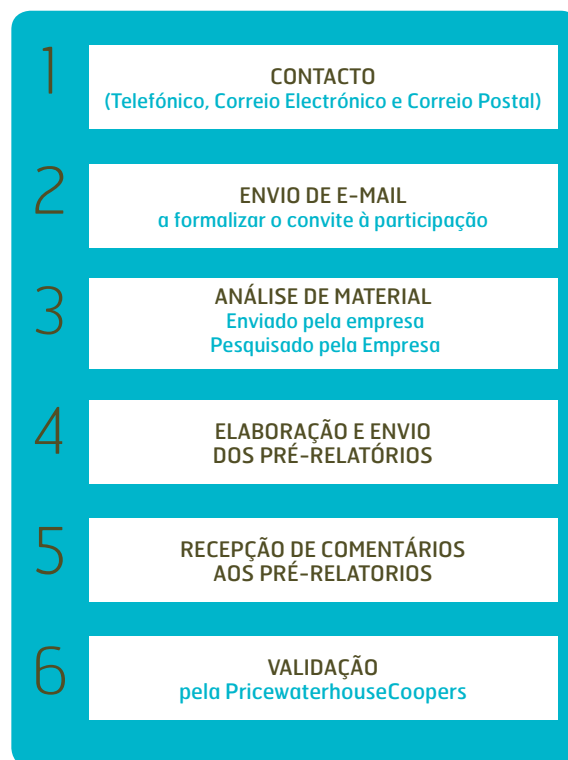


FIGURA 1 / Metodologia para a elaboração do Ranking ACGE 2007.

² www.responsabilidadeclimatica.org

³ Nota: No caso da participação voluntária foi enviada uma listagem dos itens em avaliação para preenchimento e um pedido de envio de material que comprovasse as suas afirmações.

1/ CONTACTO

Foi efectuado um contacto telefónico com o intuito de averiguar o responsável na empresa pela colaboração com a Euronatura. Este deveria fornecer material de consulta e tecer os comentários ao Pré-Relatório enviado.

2/ ENVIO DE E-MAIL

Foi enviado um e-mail a formalizar o convite à participação, bem como a solicitar o envio da seguinte informação:

- O Relatório & Contas de 2007;
- O Relatório de Sustentabilidade 2007(ou outro relatório com referências ambientais);
- Todas as publicações / edições / comunicados / outros que façam de algum modo referência às preocupações que a empresa terá com as alterações climáticas, ou com o clima na generalidade.

3/ ANÁLISE DO MATERIAL

Nesta fase procedeu-se à análise de todo o material recolhido e que serviu de base à elaboração do Pré-Relatório. Adicionalmente, foi efectuada a pesquisa de informação pública para a recolha de dados adicionais de acordo com os seguintes passos:

- 1.1. Pesquisa no site de cada empresa;
- 1.2. Análise dos primeiros 10 resultados relevantes, em 6

palavras-chave, nos motores de busca mais conhecidos (Google e Yahoo):

- 1ª “nome da empresa + ambiente”;
- 2ª “nome da empresa + alterações climáticas”;
- 3ª “nome da empresa + eficiência energética”;
- 4ª “nome da empresa + environment”;
- 5ª “nome da empresa + climate change”;
- 6ª “nome da empresa + energy efficiency”.

4/ ELABORAÇÃO E ENVIO DOS PRÉ-RELATÓRIOS

A recolha dos dados, já descrita, serviu de base à construção de um Pré-Relatório para cada empresa incluída no ranking. Nesta fase, foi disponibilizada, a todas as empresas, a possibilidade de marcação de reuniões com o intuito de esclarecer dúvidas e/ou a confirmação de existência de material que ainda se encontrava em elaboração, como por exemplo o Relatório de Sustentabilidade 2007.

5/ RECEPÇÃO DE COMENTÁRIOS AOS PRÉ-RELATÓRIOS

Após o envio de cada Pré-Relatório foram dadas três semanas a cada empresa para remeter comentários ao mesmo.

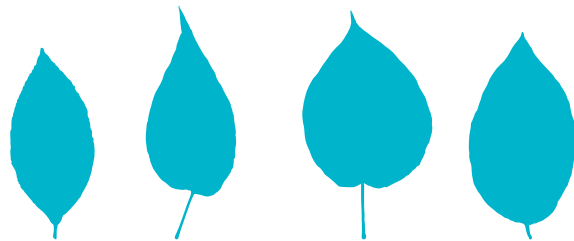
6/ VALIDAÇÃO PELA PRICEWATERHOUSE COOPERS

Envio de toda a informação, recolhida pela Euronatura e fornecida pelas empresas em estudo, para a PricewaterhouseCoopers de forma a proceder à validação e posterior certificação da informação associada ao Índice. O conjunto dos documentos recolhidos e enviados pela empresa, bem como a informação pesquisada serviu de base à construção de um Pré-relatório para cada empresa incluída no ranking de participação não voluntária. O Pré-relatório foi posteriormente sujeito à análise por parte das empresas. No caso da participação voluntária foi enviada uma listagem dos itens em avaliação para preenchimento e um pedido de envio de material que comprovasse as suas afirmações.

Empresas com modelos de comunicação de sustentabilidade menos desenvolvidos, manifestaram dificuldades em facilitar/fornecer/providenciar informação que potencialmente poderia ser incluída no Índice, alegando que esta se encontrava dispersa. Neste caso foi acordado o fornecimento, por parte da Euronatura, da lista de critérios associados ao ACGE 2007. A metodologia de recolha de informação aqui descrita, permitiu maximizar o acesso aos dados necessários ao preenchimento dos itens em avaliação, ao mesmo tempo que permitiu a compreensão dos mesmos por parte dos responsáveis nas empresas. Desta forma, não só o contacto se tornou mais personalizado, como foi possível, na maioria dos casos, nomear o responsável pela análise do Pré-Relatório. Assim, nos casos em que foi aplicada toda a metodologia, foi possível a troca de

informação de qualidade e de forma expedita.

Contudo, a calendarização inicialmente projectada para este feedback não foi cumprida, em alguns casos porque a publicação dos Relatórios de Sustentabilidade/ Ambiente das empresas ocorreu durante todo o ano de 2008. Neste contexto foram definidas algumas alterações na calendarização inicialmente prevista, para que as oportunidades de resposta e a recolha de informação fossem garantidas para grande parte das empresas participantes. A metodologia associada ao ACGE, que tem vindo a ser melhorada ao longo dos anos, parece ter despertado o interesse das empresas e dos seus gestores. A análise do comportamento das empresas, a componente informativa e formativa associada ao Índice ACGE, denunciam a existência de uma metodologia consolidada e que permite, em última análise, uma correcta avaliação da realidade.



CAPÍTULOS DE AVALIAÇÃO E SECÇÕES DO PRÉ-RELATÓRIO

A avaliação das empresas no Índice ACGE 2007 foi realizada de modo a permitir uma análise das empresas a quatro níveis:

- “Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais” (CAPÍTULO A);
- “Gestão das Empresas e Auditorias Ambientais” (CAPÍTULO B);
- “Divulgação das Alterações Climáticas” (CAPÍTULO C);
- “Inventários de Gases com Efeitos de Estufa” (CAPÍTULO D).

CAPÍTULO A. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E SUPERVISÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS.

O Conselho de Administração (CA) está focado, em última análise, em perpetuar a existência da empresa. Com base neste pressuposto, age para que a empresa aproveite todas as oportunidades, cumprindo com os vínculos relacionados dos seus representantes, clientes, fornecedores e comunidade em

que actua. Assim, para que o CA, ou outro órgão de gestão, seja eficiente e eficaz não se deverá limitar à legislação aplicável ou aos melhores códigos de boas práticas de “**corporate governance**”. É também necessário que o seu desempenho seja inovador.

O papel da administração é relevante para as questões climáticas, pois é a este nível que são definidos os vectores estratégicos da unidade organizativa, empresa ou grupo de empresas, onde são avaliados e monitorizados os investimentos, as medidas e os riscos, numa lógica de protecção dos interesses e do “valor” da empresa.

A administração define também a metodologia de abordagem às alterações climáticas, no desenvolvimento da sua actividade económica, na relação com os stakeholders e na forma como se realiza a comunicação externa.

O sistema Europeu de partilha de responsabilidade (**burden sharing**), perante a Convenção Quadro para as Alterações Climáticas (CQNUAC), concretiza-se na responsabilização das empresas, através dos Estados, e da sua participação no esforço ao combate às alterações climáticas. Às empresas, através da administração, cabe a função de interpretar e fazer chegar à sua escala de trabalho os sinais vindos do poder político e da comunidade científica.

A administração da empresa deverá promover a criação de dados relevantes, dentro dos limites de acção da empresa, podendo assim avaliar os riscos competitivos e financeiros, explorando novas oportunidades, enquanto minimiza os potenciais custos associados às alterações climáticas e também à sua actividade.

Existe uma crescente tendência para que as alterações climáticas sejam entendidas como uma matéria de impacto material nas empresas, passando portanto a fazer parte integrante dos seus processos de decisão e gestão. Desta forma, torna-se cada vez mais fácil antecipar alterações de política e tendências de consumidores e investidores.

Actualmente, as empresas deparam-se com o desafio de internalizar as alterações climáticas na avaliação dos riscos

para o seu negócio. As tipologias de abordagens são diversas e denunciam uma capacidade crescente de fazer chegar o assunto, “alterações climáticas”, às diversas escalas de trabalho da empresa. Neste sentido, o conhecimento da estrutura de governança de uma empresa é fundamental para melhor compreender o seu posicionamento, em particular no que diz respeito ao desafio das alterações climáticas. Assim, considerando a metodologia do projecto, importa ter conhecimento de informações genéricas sobre a estrutura administrativa da empresa: o organograma e a descrição das funções, a composição do conselho de administração, a existência de auditorias e a cotação da empresa em bolsa. As perguntas elaboradas para este capítulo visam:

1/ EFECTUAR UM ENQUADRAMENTO GERAL DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DA EMPRESA;

2/ AVALIAR O MODELO DE GOVERNAÇÃO FACE ÀS QUESTÕES CLIMÁTICAS;

3/ CARACTERIZAR A ABORDAGEM DAS EMPRESAS FACE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.

Neste capítulo foi requerida informação relativa às questões relacionadas com a governação, na sua vertente climática e ambiental: se existe departamento que tenha, formalmente, atribuições relacionadas com as questões das alterações climáticas; verificar o distanciamento entre esta estrutura e a administração da empresa; se existem questões relacionadas com alterações climáticas, tratadas em regime de outsourcing; e por fim, se as alterações climáticas foram discutidas ao nível do Conselho de Administração. Também é considerada relevante a existência de participações activas no debate público sobre as alterações climáticas, e, no mesmo sentido, qual tem sido o papel dos accionistas e dos colaboradores no tema.

A pontuação máxima a obter neste capítulo é de 4 PONTOS.

CAPÍTULO B. GESTÃO DAS EMPRESAS E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS.

A hierarquia tradicional das organizações empresariais considera a protecção do ambiente segundo uma lógica que visa o cumprimento dos requisitos legais. Contudo hoje em dia, e cada vez mais, surgem preocupações que vão para além deste cumprimento. Sem que se desvaneça a lógica empresarial de maximização da produtividade e do lucro, as empresas promovem a existência de boas práticas ambientais e climáticas, controlando e monitorizando a poluição, minimizando os desperdícios e os resíduos e aumentando a eficiência do seu negócio.

O aquecimento global abre espaço a que a dimensão ambiental das empresas se torne cada vez mais relevante, com implicações materiais e financeiras. Nenhuma empresa pode, no contexto actual, descuidar a necessidade de aumentar a sua eficiência energética e o aprovisionamento de recursos dado que estes se tornaram elementos chave para o crescimento numa economia com restrições às emissões de carbono. Nesta fase da avaliação é verificada a existência de obrigações legais relacionadas com as alterações climáticas e

o âmbito de aplicação na empresa. Seguidamente, é verificada a existência de objectivos ambientais, avaliando a sua relação com a emissão de GEE, com a eficiência energética ou com outras questões com implicações nas alterações climáticas. Neste capítulo pretende compreender-se a operacionalidade na gestão dos assuntos relacionados com o fenómeno das alterações climáticas e com todas as problemáticas que lhe estão associadas. Neste contexto, são analisados:

1/ INVESTIMENTOS DA EMPRESA EM ENERGIAS RENOVÁVEIS E EM MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA AO LONGO DO ANO DE 2007;

2/ OBJECTIVOS RELACIONADOS COM AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS SEUS VÍNCULOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS;

3/ LEVANTAMENTO DAS METODOLOGIAS ADOPTADAS PARA ALCANÇAR OS OBJECTIVOS PROPOSTOS

(compensação/incentivo aos colaboradores pelo seu desempenho ambiental; certificação e auditorias e/ou por outros métodos, tais como publicação de folhetos de sensibilização).

Relativamente aos objectivos relacionados com alterações climáticas, averigua-se se estes são considerados no plano de negócios da empresa, se são um vínculo no qual a empresa se revê e se existem noções relativamente à forma com este vai ser cumprido.

A pontuação máxima que se pode obter neste capítulo está distribuída pelas perguntas directamente ligadas às alterações climáticas (objectivos ambientais, sua consideração no plano de negócios e metodologias utilizadas para os alcançar) tomando, as restantes, o papel de contextualização e interligação.

Este capítulo totaliza 10 PONTOS.

CAPÍTULO C.

DIVULGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A atitude da empresa e a definição dos seus compromissos relativamente às alterações climáticas são apresentados nas declarações realizadas pela administração, ou seus representantes, na forma de declarações públicas ou através de documentação de divulgação pública. Desta forma as empresas assumem pontos de vista, experiências e abordagens ao tema em análise. A Administração assume, portanto, o papel de veículo de divulgação da posição da empresa, assumindo vínculos e compromissos pelos quais responde.

Neste capítulo é avaliado o comportamento das empresas perante as alterações produzidas através do mecanismo de aquecimento global, considerando por um lado os riscos materiais para o seu negócio e por outro, as questões operacionais associadas às conjunturas de mercado, as novas referência competitivas e os regulamentos governamentais que afectam a utilização da energia e as tipologias de produção.

Pretende-se, em última análise, realizar o levantamento exhaustivo das formas de divulgação adoptadas pela empresa que abordem ou estejam associadas ao fenómeno das alterações climáticas. Numa primeira fase analisa-se qual a posição oficial da empresa relativamente a esta temática. De seguida, é feita uma investigação no sentido de apurar iniciativas voluntárias por parte da empresa que incluam a questão das alterações climáticas. É ainda verificada a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade / Ambiente, bem como a sua metodologia de construção.

A definição de um standard para os Relatórios de Sustentabilidade foi assegurada, e é cada vez mais assumida pelas empresas que os produzem, através do desenvolvimento a **Global Reporting Initiative: GRI – Sustainability Reporting Guidelines**, reunindo três aspectos essenciais: a performance da empresa, ao nível de valorização das acções, ao nível social e ao nível ambiental.

A análise da “Divulgação das Alterações Climáticas” por parte das empresas permite obter um máximo de 10 PONTOS.

CAPÍTULO D. INVENTÁRIOS DE GASES COM EFEITOS DE ESTUFA

A contabilização das emissões é um aspecto crucial quando avaliamos a forma como as empresas trabalham o tema das alterações climáticas. É com base na contabilização que se pode realizar o trabalho de criação de medidas e de identificação de oportunidades que permitirão efectivar e fundamentar a política e a gestão.

Só após a obtenção de informação, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, se poderá dar início ao processo que culminará com a definição das tendências de emissões da empresa e conseqüente definição de objectivos quantificados. Torna-se, portanto, relevante avaliar a adesão de cada empresa a esquemas voluntários, e não voluntários, de contabilização de emissões. O **Greenhouse Gas Protocol, GHG Protocol**, de 2001, cuja utilização é recomendada nas **Global Reporting Initiative Sustainability Reporting Guidelines**, evidencia metodologias standard de inventariação

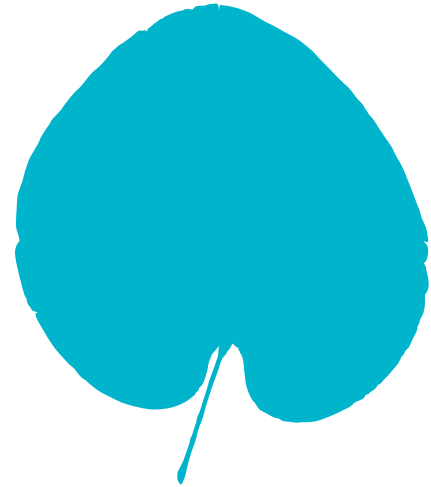
e divulgação de informação das emissões de GEE.

No capítulo D é analisada a elaboração e publicação de inventários de emissões de GEE pela empresa, tratando-se portanto de uma avaliação das características da elaboração dos inventários.

Em síntese, são analisadas as seguintes questões:

- A/** Existência de inventário geral das emissões de GEE;
- B/** Definição do ano de referência para a contabilização de GEE;
- C/** Definição de objectivos concretos de redução ou limitação;
- D/** Realização de projecções para as suas emissões;
- E/** Submissão do inventário a verificação externa;
- F/** Grau de divulgação da informação;

O total de pontos associado a este capítulo é de 6 PONTOS.



PARTICIPAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DAS EMPRESAS PARA O ESTUDO

Na generalidade, a Euronatura considera que a adesão das empresas foi bastante positiva. Não obstante, houve empresas que indicaram expressamente não querer integrar o Índice, pedido que foi respeitado pela Euronatura.

Durante a implementação da metodologia do ACGE algumas empresas acabaram por não enviar os Comentários aos Pré-Relatórios, não tendo contudo recusado a participação no ranking. Nestas situações, a recolha de informação ficou limitada à informação pública disponível.

Ocorreu também verificar-se que, as fontes de informação disponíveis ao público, não permitiam encontrar dados relevantes para o preenchimento dos critérios associados ao ACGE. Portanto, face ao Pré-Relatório as empresas tiveram três comportamentos:

1/ Responderam ao Pré-Relatório através do envio de Comentários;

2/ Não responderam ao Pré-Relatório mas não recusaram participar;

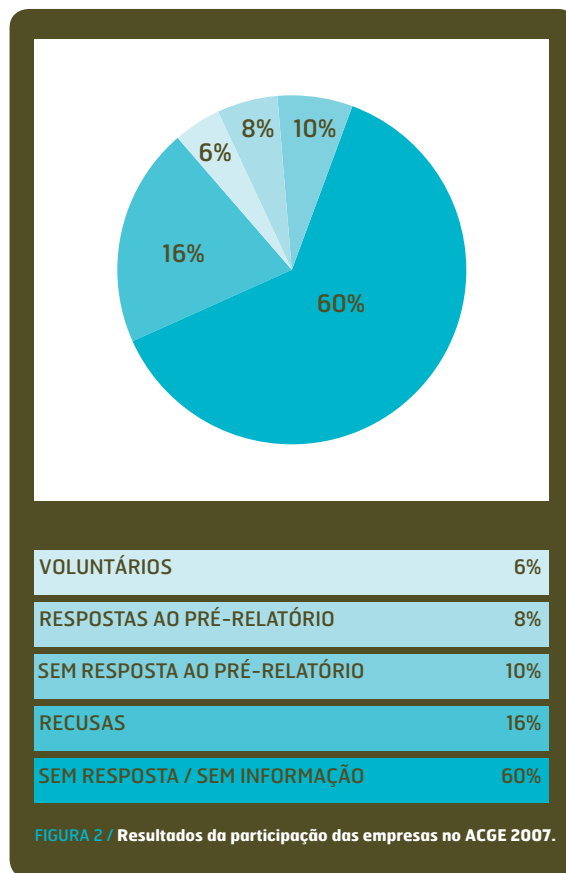
3/ Recusaram participar.

Ainda em relação às empresas que não recusaram participar mas que também não enviaram comentários complementares verificaram-se dois casos distintos:

1/ Foi possível recolher dados sobre a empresa em documentos de acesso público;

2/ Não foi possível aceder a dados sobre a empresa.

A maneira como as empresas abordaram o processo metodológico associado a Índice ACGE2007 é quantificado através da **FIGURA 2**.



ÍNDICE

ACGE/07

**PRINCIPAIS
RESULTADOS**

Os resultados, e a sua análise, foram organizados para que se possam identificar tendências e tipologias, enquadrando comportamento das empresas.

ÍNDICE ACGE/07 ANÁLISE GLOBAL

Realizando uma análise global dos resultados do Índice **ACGE 2007** verificamos que, considerando as empresas com pontuações superiores a 20%, só existem diferenças de pontuação significativas (diferença superior a 5%) entre posições seguidas, entre a 8ª e a 9ª posição, entre a 15ª e a 17ª posição e entre a 22ª e a 23ª posições. O comportamento das diversas empresas em análise é, portanto, diversificado, dado que os resultados estão dispersos ao longo de todo o domínio de pontuações possíveis (0%-100%).

Para o grupo de 42 empresas para as quais foi possível obter informação, 21 obteve uma pontuação acima de 50% e o mesmo número obteve pontuação inferior a 50%. Deste grupo, quatro empresas obtiveram pontuações superiores a 80% e dez obtiveram pontuações inferiores a 20%.

Os resultados do conjunto dos Pré-relatórios e dos respectivos comentários para a participação no Índice, são apresentados na **TABELA 3**.

EMPRESA	%	
1º SONAE SIERRA	86,70%	> = 80%
2º CHAMARTIN	83,30%	> = 80%
2º CTT	83,30%	> = 80%
4º EDP PRODUÇÃO	80,00%	> = 80%
5º CEPSA	78,60%	> 70%
6º BES	76,70%	> 70%
6º VODAFONE	76,70%	> 70%
8º CARRIS	73,30%	> 70%
9º CIMPOR	67,90%	> 60%
10º TAP	66,70%	> 60%
10º DELTA*	66,70%	> 60%
12º GALP - PETROGAL	64,30%	> 60%
13º TMN	63,30%	> 60%
14º PORTUCEL SOPORCEL	60,70%	> 60%
15º CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	60,00%	> 60%
15º MODELO CONTINENTE	60,00%	> 60%
17º AXA SEGUROS	53,30%	> = 50%

TABELA 3 / Resultados globais do Índice ACGE 2007.

EMPRESA	%	
17º MILLENNIUM BCP	53,30%	> = 50%
17º SOMAGUE ENGENHARIA	53,30%	> = 50%
20º BANIF - GRUPO FINANCEIRO*	50,00%	> = 50%
20º SANTANDER TOTTA*	50,00%	> = 50%
22º PINGO DOCE - FEIRA NOVA	46,70%	< 50%
23º METROPOLITANO DE LISBOA	40,00%	< 50%
24º NESTLÉ - PORTUGAL	36,70%	< 40%
25º CELBI	35,70%	< 40%
26º VALOR SUL	33,30%	< 40%
27º TEJO ENERGIA	32,10%	< 40%
29º DHL PORTUGAL	30,00%	< 30%
29º LIPOR	30,00%	< 30%
30º METRO DO PORTO*	26,70%	< 30%
31º TRANSPORTES LUÍS SIMÕES	23,30%	< 30%
32º FERTAGUS	20,00%	< 30%
33º CINCA	< 20,00%	< 20%
33º CP COMBOIOS DE PORTUGAL	< 20,00%	< 20%

EMPRESA	%	
33º ECO CHOISE*	< 20,00%	< 20%
33º LAMEIRINHO	< 20,00%	< 20%
33º MOTA-ENGL	< 20,00%	< 20%
33º QUIMIGAL	< 20,00%	< 20%
33º REVIGRÉS	< 20,00%	< 20%
33º STCP	< 20,00%	< 20%
33º TEIXEIRA DUARTE	< 20,00%	< 20%
33º TINTAS CIN	< 20,00%	< 20%
--- FISIPE	N/R	N/R
--- CONTINENTAL MABOR	N/R	N/R
--- TINTAS DYRUP	N/R	N/R
--- PATINTER	N/R	N/R
--- IMPÉRIO BONANÇA	N/R	N/R
--- SECIL	RECUSA	RECUSA
--- LACTOGAL	RECUSA	RECUSA
--- SATA	RECUSA	RECUSA

Nota: N/R = Sem respostas e não existe informação pública

ÍNDICE ACGE/07

EMPRESAS COM PONTUAÇÃO SUPERIOR A 50%

Se focarmos a nossa análise nas empresas que conseguiram obter pontuações acima de 50%, metade das que foram analisadas, verificamos que 20 dessas empresas debateram as questões relacionadas com alterações climáticas ao nível dos seus Conselhos de Administração. Este facto torna válido o pressuposto de que o tema das alterações climáticas é, cada vez mais, visto como uma preocupação e uma oportunidade comercial, deixando, definitivamente, de se restringir à espera da política dos Estados e do direito ambiental. As alterações climáticas são, há já alguns anos, mas agora de forma transversal, debatidos nas administrações das empresas portuguesas.

Tomando ainda o grupo de empresas com pontuação superior a 50%, 19 destas desenvolveram estruturas organizativas que desempenham formalmente funções relacionadas com as alterações climáticas e/ou com a eficiência energética. Já no que diz respeito à participação activa das empresas no debate público sobre alterações climáticas, os números resultantes do Índice ACGE não são representativos de um efectivo vínculo das empresas ao tema das alterações climáticas. Para o grupo de empresas que obtiveram resultados superiores a 50%, apenas para 8 ficou provada a participação activa em eventos públicos.



Durante a pesquisa que serviu de base à criação do Índice ACGE foi possível verificar que apenas quatro empresas disponibilizam mecanismos que permitem a participação dos seus colaboradores nas questões respeitantes a alterações climáticas. A Euronatura considera este critério importante mas assume que se trata de um critério de preenchimento difícil que, no contexto actual, poderá ser demasiado específico.



As empresas manifestaram também dificuldade em preencher o critério que pressupõe a existência de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Relativamente a esta questão apenas uma empresa conseguiu demonstrar formalmente a existência de critérios climáticos específicos na seriação dos seus fornecedores e nas suas compras. Esta é uma questão de grande relevância uma vez que permite que as boas praticas sejam disseminadas pela cadeia de valor onde está incluída a empresa em estudo. Para todas as empresas avaliadas no ACGE 2007, o reporting de sustentabilidade é considerado uma ferramenta de grande utilidade, tendo-se verificado a publicação de um Relatório de Sustentabilidade relativo ao ano de 2007 por parte de 20 empresas. Estes resultados explicitam a importância deste instrumento de comunicação, promovendo a divulgação de informação aos diversos stakeholders. A definição de uma estratégia estruturada, alicerçada na concretização de objectivos quantificados e a publicação do Relatório de Sustentabilidade, são condições necessárias para a existência de uma estratégia robusta e também para a obtenção de resultados positivos no Índice ACGE.

Apesar do comprovado interesse em fazer o reporting de Sustentabilidade, apenas metade das empresas que publicaram Relatório de Sustentabilidade de 2007 o submeteu a verificação externa. A verificação externa é considerada relevante nas questões de normalização e obtenção de dados, e também para que o processo de publicação seja o mais transparente possível.

O ACGE considera, apesar de não pontuar directamente esta questão, importante a existência de uma data de referência para proceder quer à análise temporal dos níveis de emissões de GEE, quer ao estabelecimento de objectivos de redução ou estabilização das suas emissões de carbono. Neste contexto é curioso verificar que, apesar das empresas promoverem medidas e objectivos específicos, apenas 10 das empresas identificam um ano de referência.

Relativamente à definição quantificada dos objectivos directamente relacionados com as alterações climáticas, verifica-se que 13 das 21 empresas que obtiveram pontuações superiores a 50%, definem objectivos com base nas emissões de GEE, eficiência energética e consumo.

ÍNDICE ACGE/07 TOP 10

Da análise dos 10 primeiros classificados podemos inferir que estamos perante uma realidade bastante positiva, na medida em que a maioria das empresas apresentam preocupações relativamente ao fenómeno das alterações climáticas, não se cingindo, apenas, às suas obrigações legais. Das 11 empresas que conseguiram obter pontuação suficiente para figurar nos dez primeiros lugares, apenas 3 têm obrigações legais associadas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e às alterações climáticas. São elas: a EDP Produção, a CEPSA e a CIMPOR. As restantes empresas não têm vínculos legais relacionados com esta temática, pelo que a sua abordagem está intrinsecamente relacionada com contendas associadas aos seus Valores, Missão, Visão, responsabilidade e ética empresarial, ou à verificação de ganhos e à sua percepção sobre aquilo que é a Responsabilidade Climática.

Observando os resultados obtidos verificamos que, relativamente às 11 empresas do Top 10, as pontuações são diversas, estando distribuídas por oito patamares (86,7%; 83,3%; 80,0%; 78,6%; 73,3%; 67,9%; 66,7%). As empresas estão separadas entre si por diferenças que não excedem os 3,5 pontos percentuais, excepto quando nos referimos à diferença entre o 8º e o 9º classificado, que é de 5,4 pontos percentuais. Existe portanto uma diferença pontual significativa entre a oitava e a nona posição, representando mais de 1/4 da

diferença entre o primeiro e o último desta lista.

Existe uma diferença de 20 pontos percentuais entre o primeiro e o último desta lista. Esta diferença de comportamentos, transposta através da diferença pontual, denuncia que, mesmo quando considerando as melhores empresas portuguesas nesta área, ainda existem aspectos passíveis de melhoria e desenvolvimento.

Relativamente às áreas de negócio e aos sectores onde estas empresas actuam, apenas é possível identificar que existe uma tendência clara no sector Imobiliário para obter bons resultados. Os demais sectores representados no top 10 são diversos, sendo que desta forma não fica expressa qualquer outra tendência sectorial, para além da já mencionada. Neste contexto, é importante referir que existem duas empresas ligadas ao sector energético, a EDP e CEPSA, classificadas no 4º e 5º lugar, respectivamente, duas empresas do sector dos transportes, a Carris e a TAP, classificadas em 8º e 10ª posição. É ainda assinalável o comportamento do representante do sector dos correios, os CTT, que alcança a 2ª posição em igualdade pontual com uma das empresas representantes do sector que é, segundo o ACGE 2007, o mais desenvolvido em matéria de alterações climáticas. Existe ainda um representante do sector da banca, o BES, e das telecomunicações, a Vodafone, ambos na 6ª posição e em lugar de destaque.

EMPRESA	%
1º SONAE SIERRA	86,70%
2º CHAMARTIN IMOBILIÁRIA	83,30%
2º CTT	83,30%
4º EDP PRODUÇÃO	80,00%
5º CEPSA	78,60%
6º BES	76,70%
6º VODAFONE	76,70%
8º CARRIS	73,30%
9º CIMPOR	67,90%
10º TAP - TRANSPORTE AÉREO	66,70%

TABELA 4 / Top-ten em percentagem.

Das onze empresas que fazem parte da lista Top 10, é importante referir que quatro são empresas de capitais públicos. Os CTT, a EDP Produção (actualmente participação minoritária através do Grupo EDP), a Carris e a TAP são empresas em que o Estado mantém, no mínimo, um papel importante na administração e na definição de políticas. As pontuações dos 10 primeiros classificados são apresentadas na **TABELA 4**.

Será ainda importante mencionar que no grupo dos dez primeiros classificados apenas existe uma empresa financeira, o BES.

A Sonae Sierra obteve a melhor pontuação global, apresentando uma política estruturada de combate às alterações climáticas, com base numa monitorização profunda e na definição e cumprimento de objectivos concretos. Esta empresa tem um comportamento que a torna a referência nas questões associada a alterações climáticas, no entanto pode ainda desenvolver o seu perfil inovador nas questões relacionadas com as metodologias utilizadas para alcançar os seus objectivos ambientais, nomeadamente no que diz respeito

à compensação e incentivo associados aos seus colaboradores. Na segunda posição, ex-aequo com os CTT, surge a outra empresa do sector Imobiliário em análise no ACGE 2007, a Chamartin Imobiliária, que acompanha de próximo o comportamento da sua congénere.

Portanto, considerando o comportamento da Sonae Sierra e da Chamartin Imobiliária, podemos considerar que o sector Imobiliário se encontra significativamente mais desenvolvido que os restantes sectores analisados, no que diz respeito às questões relacionadas com alterações climáticas. O elevado grau de desenvolvimento deste sector, sem que este seja alvo de regulamentação específica, denuncia uma atitude proactiva para as questões climáticas, nas várias vertentes analisadas.

Ao contrário da sua congénere, a Chamartin Imobiliária conseguiu demonstrar a existência de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos, real e contemplada nos cadernos de encargos. Esta empresa foi a única, que conseguiu preencher este critério.

Por outro lado, considerando as três empresas melhor classificadas, só a Sonae Sierra e os CTT realizam a quantificação dos objectivos ambientais e climáticos, critério que não é preenchido pela Chamartin Imobiliária.

Relativamente aos CTT foi possível verificar a inexistência de participações activas da administração, durante o ano de 2007, no debate público sobre alterações climáticas - o não cumprimento deste critério é invulgar em empresas bem classificadas, sendo que no top 10 apenas os CTT, a Vodafone e a Cimpor não o conseguiram cumprir.

Dos três primeiros classificados apenas os CTT conseguiram validar o critério que pressuponha a existência de compensação e incentivo de colaboradores/administradores pelo seu desempenho ambiental, de eficiência energética ou considerando as suas emissões de GEE.

Ao contrário da Sonae Sierra e da Chamartim Imobiliária, os CTT não publicaram durante o ano de 2007, um documento de abordagem profunda sobre alterações climáticas e cuja qualidade de comunicação justifique a sua diferenciação das restantes, no âmbito das alterações climáticas.

As metodologias utilizadas pela EDP Produção para alcançar os objectivos ambientais estão relacionadas com certificação e com auditorias ambientais, facto que limita uma acção efectiva na gestão de recursos das estruturas que estão sobre a sua alçada. Em contrapartida, a empresa apresenta um elevado grau de desenvolvimento no que se refere às políticas e gestão de topo. Neste contexto, ficam apenas por desenvolver algumas questões relacionadas com a necessidade alcançar reduções significativas nas suas emissões, com base em objectivos propostos, através de medidas concretas e considerando apenas factores internos à empresa. Assim, e cumprindo este pressuposto, poderão ser definidos objectivos dimensionados e concretos, diminuindo as variações associadas ao factores externos.

A CEPSA não incentiva os seus colaboradores a terem comportamentos mais eficientes, que, genericamente, impliquem a diminuição das emissões de gases com efeito estufa. Apesar de se constatar a existência de efectivas medidas e preocupações com as alterações climáticas, esta empresa não apresenta evidências da existência de uma efectiva política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos.

Relativamente ao reporting de sustentabilidade, a CEPSA, não submete os seus documentos a verificação externa, realizando apenas o inventário de emissões de GEE para as suas instalações incluídas no Comércio Europeu de Licenças de Emissão, tal como acontece com a grande maioria das

empresas que são reguladas pelo CELE.

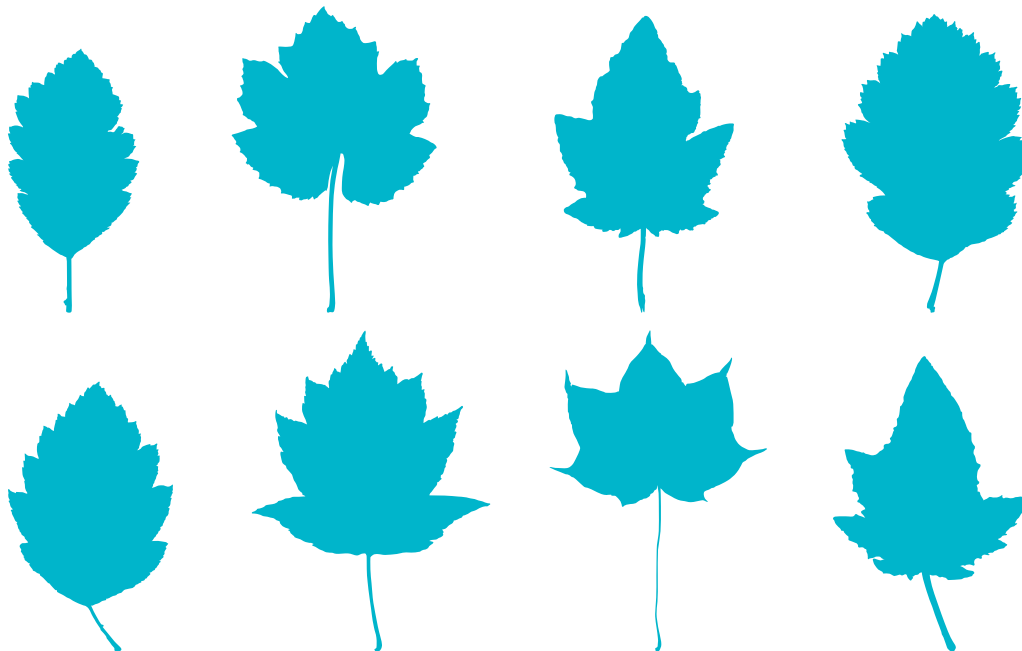
Relativamente ao sector da banca, o BES destaca-se através de uma política de comunicação de sustentabilidade bastante assertiva nas questões climáticas. Neste sentido sugere-se que os pressupostos definidos da sua politica se reflectam numa definição concreta de objectivos.

Considerando o efeito de multiplicação pela cadeia de valor das políticas implementadas, o BES, e a grande maioria das empresas classificadas no Top 10, devem promover políticas concretas de compras e fornecedores, com base em critérios e climáticos.

Como foi já referido, para a Vodafone, não foi possível identificar a existência de membros da administração a participar activamente no debate público sobre alterações climáticas. Esta empresa, a melhor no seu sector, também ainda não desenvolveu uma efectiva política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos, o mesmo acontecendo com alguns indicadores adicionais GRI, importantes na definição do comportamento climático.

A Carris está significativamente desenvolvida no que diz respeito às metodologias utilizadas para alcançar os objectivos ambientais e climáticos. No entanto parecem existir obstáculos na definição de critérios climáticos no fornecimento e nas compras. Apesar de apresentar um nível de comunicação de sustentabilidade comparável com as restantes empresas classificadas no top 10, a Carris não submete o seu Relatório de sustentabilidade a verificação externa.

A CIMPOR apresenta uma estrutura administrativa que evidencia preocupações com os temas climáticos na sua generalidade, comportamento que se tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos. No entanto, a participação no debate público, bem como a comunicação pública específica sobre alterações climáticas, tem sido quase inexistente.



À semelhança da CEPISA, também a CIMPOR apenas realiza o inventário de emissões de GEE para as instalações incluídas no CELE. Foi ainda possível verificar que não são prioridades da empresa a definição de critérios climáticos no fornecimento e nas compras e o aumento das fronteiras de contabilização das suas emissões de GEE.

A Delta é uma empresa que não tem qualquer vínculo legal que represente obrigatoriedade associada às alterações climáticas. Contudo, apresenta preocupações relativamente a este tema, principalmente nas questões de reporting e comunicação. Esta empresa não define os seus objectivos climáticos, ficando por referenciar as medidas e potenciais de

aumento ou redução de emissões associados à sua actividade. Relativamente às empresas de transporte aéreo, a TAP, a única empresa que foi possível analisar, é assinalável o seu contributo para o debate público sobre alterações climáticas, nomeadamente em questões que envolvem o seu negócio. Esta empresa desenvolve de maneira assinalável a comunicação pública e institucional, no que diz respeito ao tema das alterações climáticas. Porém, existem alguns indicadores relacionados com alterações climáticas que não são ainda contemplados no Relatório de Sustentabilidade.

ÍNDICE ACGE/07 ANÁLISE POR CAPÍTULO

O conhecimento do peso de cada capítulo do Índice ACGE é importante para compreender a pontuação geral de cada empresa. A FIGURA 3 apresenta o peso de cada capítulo para o total da pontuação. Os capítulos B e C são os que apresentam a maior peso relativo, uma vez que as questões relacionadas com a gestão da empresa e a divulgação das alterações climáticas são consideradas de extrema importância para uma correcta avaliação das empresas.

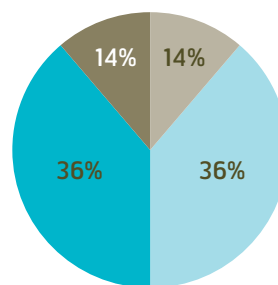
Por outro lado, o Índice valoriza as empresas que realizam inventários de GEE de forma voluntária, eliminando o item relativo à inventariação para as empresas que estão abrangidas pelo CELE, caso o âmbito do inventário seja apenas o cumprimento dos requisitos associados ao CELE. Assim, para as empresas fora do CELE, a inventariação de GEE tem um peso relativo maior considerando a totalidade dos itens pontuáveis.

A FIGURA 4 apresenta os resultados das empresas por capítulo segundo quatro intervalos de pontuação: as empresas que tiveram pontuação entre 0% a 25%, as empresas que tiveram entre 25% a 50%, as que tiveram entre 50% a 75% e as que obtiveram uma pontuação entre 75% e 100%, respectivamente, pontuação baixa, média baixa, média alta e alta.

É importante referir que para efeitos estatísticos esta amostra apenas contempla 42 das 50 empresas seleccionadas, não estando representadas as empresas que recusaram participar ou para as quais não foi possível obter qualquer informação.

No que diz respeito às empresas cuja informação é inferior

EMPRESAS
no CELE



EMPRESAS
fora do CELE

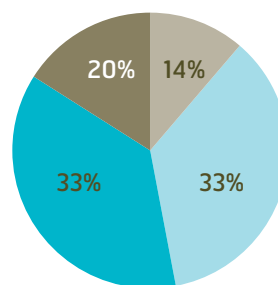


FIGURA 3 / Resultados da participação das empresas no ACGE 2007.

Nº DE EMPRESAS



FIGURA 4 / Pontuações por capítulo e por classe de resposta.

CAPÍTULO A.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E SUPERVISÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS

a 20%, a Euronatura optou por incluí-las na sua análise por considerar que poderemos estar perante deficiências na divulgação das suas iniciativas.

De acordo com esta figura, o capítulo D é o que apresenta maior número de empresas com resultados inferiores a 50% (24 empresas). É provável que este resultado se deva ao facto de algumas das empresas avaliadas não pertencerem ao CELE e como tal não serem obrigadas a inventariar GEE.

O capítulo A apresenta o maior número de empresas com resultados superiores a 50% (26 empresas), indicando que o ponto mais forte das empresas em estudo diz respeito à sua estrutura administrativa.

De seguida surge o capítulo B com 20 empresas entre os 50% e os 100%, revelando que cerca de metade das empresas analisadas apresenta uma gestão eficaz no que diz respeito aos seus investimentos em energias renováveis e em medidas de eficiência energética, bem como uma razoável definição de objectivos e métodos adoptados para os atingir.

Logo de seguida temos o capítulo C com 19 empresas entre os 50% e os 100%, o que revela que existe um número crescente de empresas que investe na divulgação das suas preocupações face às alterações climáticas, assumindo um compromisso que integra na sua política de actuação várias medidas de cariz voluntário para o combate a este fenómeno.

Este capítulo foca-se no Conselho de Administração da empresa, na sua estrutura organizativa e na forma como os órgãos de gestão e os diversos departamentos reagem e actuam perante as questões climáticas. Aqui são também relevantes as participações e intervenções públicas que estejam associadas às alterações climáticas, na generalidade, bem como a relação com os colaboradores e accionistas. A análise dos resultados denuncia que de forma transversal, as empresas, a sua administração e os seus colaboradores consideram as questões associadas às alterações climáticas na definição dos vectores estratégicos da estrutura organizativa vigente. As razões e a lógica subjacente a este comportamento não são valorizadas no Índice, mas devem estar associadas à protecção dos interesses e do “valor” da empresa, a preocupações de marketing e imagem, à assunção dos valores associados à sustentabilidade e ao desenvolvimento das relações com os stakeholders. Assim, considerando todas as empresas em avaliação, verifica-se que 14 empresas conseguem preencher a totalidade dos critérios do capítulo A, obtendo 100 pontos percentuais (ver [TABELA 5](#)).

EMPRESA	%
BES	100,0%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	100,0%
CARRIS	100,0%
CEPSA	100,0%
CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA	100,0%
DELTA	100,0%
DHL EXPRESS PORTUGAL	100,0%
EDP PRODUÇÃO	100,0%
GALP - PETROGAL	100,0%
MODELO CONTINENTE	100,0%
PORTUCEL SOPORCEL	100,0%
SONAE SIERRA	100,0%
TAP	100,0%
VALOR SUL	100,0%

TABELA 5 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o CAPÍTULO A.

A FIGURA 5 representa a percentagem de empresas de acordo com a pontuação obtida neste capítulo e a sua representatividade no universo da amostra.

Grande parte das empresas (61,9%) conseguiu obter resultados positivos no capítulo A, o preenchimento dos critérios do Índice ACGE foi, para 26 empresas, quase total (>75%).

No CAPÍTULO A verificou-se que a esmagadora maioria das empresas obtém pontuações nos extremos (<25% ou >75%).

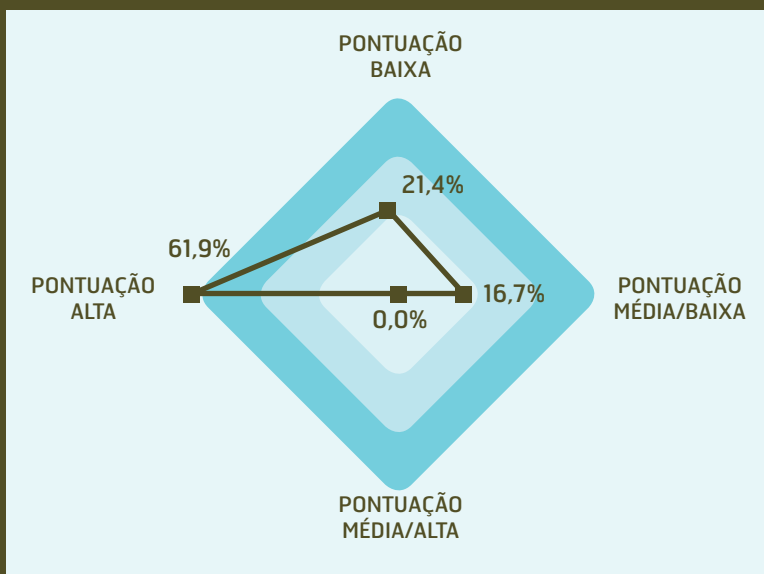


FIGURA 5 / Percentagem de empresas por classe de resposta no CAPÍTULO A.

CAPÍTULO A

EMPRESAS TIPOLOGIA DE PONTUAÇÃO

PONTUAÇÃO ALTA: 75%; 100%
PONTUAÇÃO MÉDIA ALTA: 50%; 75%
PONTUAÇÃO MÉDIA BAIXA: 25%; 50%
PONTUAÇÃO BAIXA: 0%; 25%

CAPÍTULO B.

GESTÃO DAS EMPRESAS E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS.

No capítulo B nenhuma empresa conseguiu atingir a pontuação máxima, o que significa que ainda há espaço para melhoria ao nível da gestão das empresas no que respeita às alterações climáticas.

Os resultados, para além de demonstrarem a heterogeneidade das abordagens das diversas empresas às questões relacionadas com as alterações climáticas, evidenciam também a existência de múltiplos estados de desenvolvimento. Ou seja, se é verdade que muitas empresas promovem já a existência de boas práticas ambientais e climáticas no seu negócio, há outras que vão mais além, controlando e monitorizando a poluição, minimizando os desperdícios e os resíduos e aumentando a eficiência do seu negócio.

Neste contexto existem já empresas, uma pequena minoria, que prevê que o aquecimento global possa ter implicações materiais e financeiras para o seu negócio. Estas, verificam as suas obrigações legais e o âmbito da sua aplicação, promovendo a obtenção de resultados para além das suas obrigações, inovando e tornando-se a referência para as demais empresas.

As melhores pontuações do capítulo B ficaram estratificadas em dois grupos: as empresas que obtiverem pontuação de 80% e as que alcançaram a pontuação de 70%. Deste grupo de empresas, as que mais se destacaram foram a Chamartín e a Vodafone. Com pontuações 10 pontos percentuais abaixo

EMPRESA	%
1º CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA	80,0%
1º VODAFONE	80,0%
3º CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	70,0%
3º CARRIS	70,0%
3º CEPSA	70,0%
3º CTT	70,0%
3º NESTLÉ - PORTUGAL	70,0%
3º TAP - TRANSPORTE AÉREO	70,0%

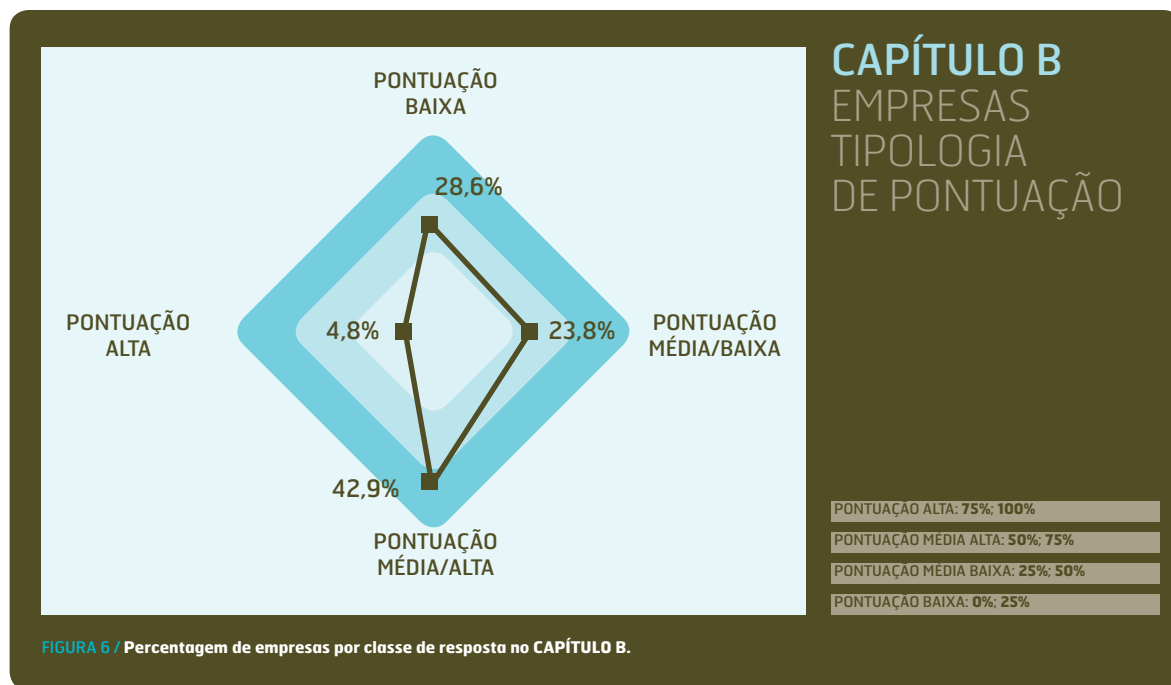
TABELA 6 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o CAPÍTULO B.

e também dignas de relevo, aparecem a Caixa Geral de Depósitos, a Carris, a CEPSA, os CTT, a Nestlé e a TAP.

Os resultados, na generalidade dos casos, demonstram que as empresas têm dificuldade em preencher alguns dos critérios associados a este capítulo. De facto apenas duas empresas conseguem exceder os 75 pontos percentuais, no entanto, 42,9% das empresas alcança pontuações entre 75% e 50%. É neste último intervalo de pontuações que se concentra o maior número de empresas. Sendo este facto, por um lado, demonstrativo da existência de um número significativo de empresas que promovem a existência de boas práticas ambientais e climáticas (controlando e monitorizando

a poluição, minimizando os desperdícios e os resíduos, aumentando eficiência do seu negócio) e, por outro, indiciador de que ainda é possível obter melhores resultados.

Para este capítulo existe ainda uma grande margem de progressão, principalmente para as empresas que já estão significativamente desenvolvidas na área de sustentabilidade e que descumrem alguns aspectos que têm reflexos directos nos resultados deste capítulo. Para este facto muito contribuiu, para algumas empresas, a não definição de objectivos relacionados com alterações climáticas, bem como a inexistência de vínculos associados a esses objectivos.



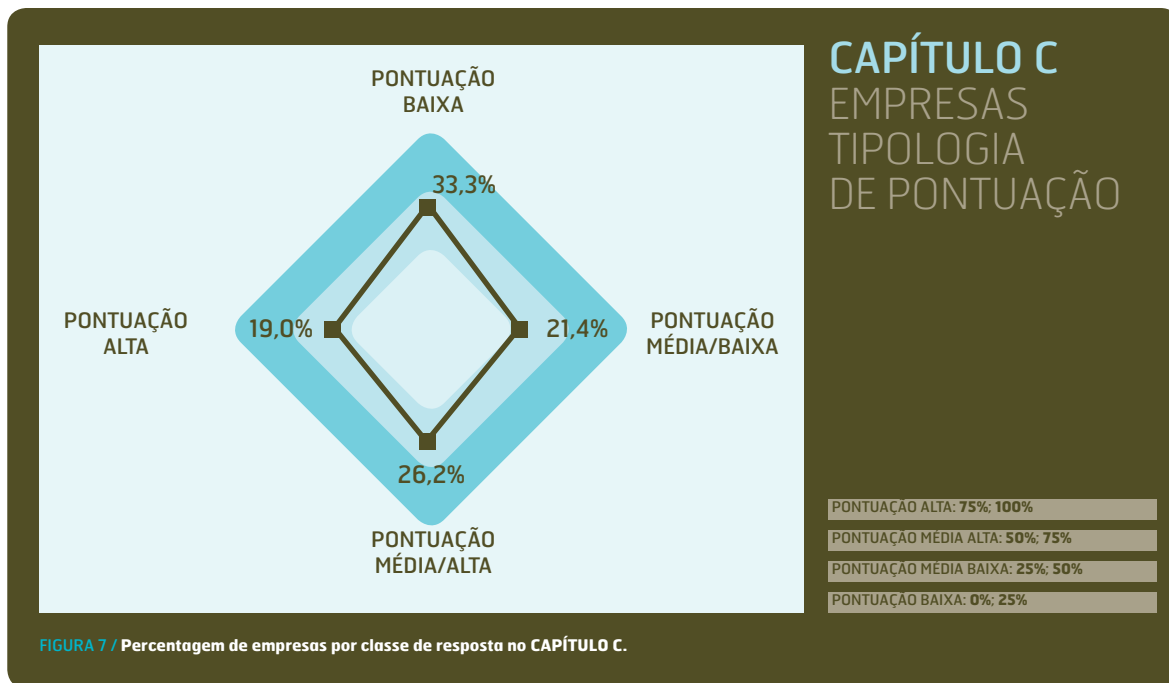
CAPÍTULO C.

DIVULGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

A avaliação das empresas parte do pressuposto de que a informação que pode servir para o preenchimento dos critérios associados a este capítulo é disponibilizada publicamente. Portanto os resultados deste capítulo estão relacionados com a forma como as empresas promovem e divulgam as suas políticas e todas as suas iniciativas. Para que não seja sobrevalorizada a forma como as empresas divulgam as suas políticas e iniciativas, a Euronatura procura que a pesquisa de informação seja a mais exaustiva possível, utilizando múltiplos

EMPRESA	%
1º BES	100,0%
1º CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA	100,0%
1º EDP	100,0%
1º SONAE SIERRA	100,0%
4º CTT	90,0%
5º CEPSA	80,0%
5º DELTA*	80,0%
5º GALP - PETROGAL	80,0%
9º AXA SEGUROS	70,0%
9º CIMPOR	70,0%
9º METROPOLITANO DE LISBOA	70,0%
9º TMN	70,0%

TABELA 7 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o CAPÍTULO C.



canais e tendo como base critérios específicos que evitem que se beneficie empresas que, pela sua tipologia de negócio, têm maior capacidade de divulgação.

As melhores pontuações do capítulo C ficaram estratificadas em quatro grupos: as empresas que conseguiram obter a totalidade da pontuação, as empresas com 90 pontos percentuais, as empresas cuja pontuação obtida foi 80% e, por último, as que alcançaram a pontuação de 70%.

Neste capítulo, onde é avaliada a capacidade de divulgação das empresas no âmbito das alterações climáticas, apenas quatro empresas conseguiram obter a pontuação máxima: o BES, a Chamartín, a EDP e a Sonae Sierra. Portanto são estas as empresas que, segundo o ACGE 2007, melhor desempenho têm ao nível da comunicação relacionada com o tema das alterações climáticas.

A importância que as empresas dão às alterações climáticas é, em última análise, o reflexo das suas iniciativas voluntárias – neste contexto 32 empresas promoveram iniciativas que não estão associadas a vínculos legais.

Relativamente a publicações específicas sobre alterações climáticas, ou documentos equivalentes, muitas fazem-no com uma regularidade considerável, através de newsletters e revistas. Em contrapartida, foi bastante mais difícil verificar a existência de publicações em que a abordagem do tema das alterações climáticas fosse profunda e cuja qualidade de comunicação justifique a sua diferenciação das restantes.

O Relatório de Sustentabilidade é o meio de divulgação mais utilizado na comunicação externa das preocupações ambientais e sociais das empresas: das 12 que obtiveram melhores resultados neste capítulo (ver [TABELA 7](#)), todas publicam este relatório, todas indicam seguir a metodologia do Global Reporting Initiative (GRI), e 11 indicam utilizar indicadores adicionais do GRI relacionados com alterações climáticas.

CAPÍTULO D. INVENTÁRIOS DE GASES COM EFEITOS DE ESTUFA

Algumas empresas analisadas no Índice ACGE 2007, têm em desenvolvimento projectos que permitem a obtenção de informação, nas suas vertentes quantitativa e qualitativa, relativa às suas emissões de GEE. No entanto, a adesão das empresas a esquemas voluntários, e não voluntários, de contabilização de emissões, está ainda, em alguns casos, a ser iniciado e carece ainda de um histórico que permita dotar estes dados de robustez.

As melhores pontuações do capítulo D ficaram estratificadas em quatro grupos: as empresas que conseguiram obter a totalidade da pontuação, as que alcançaram 83,3 pontos percentuais, as empresa cuja pontuação foi igual a 75% e, por último, as que obtiveram 66,7 pontos percentuais.

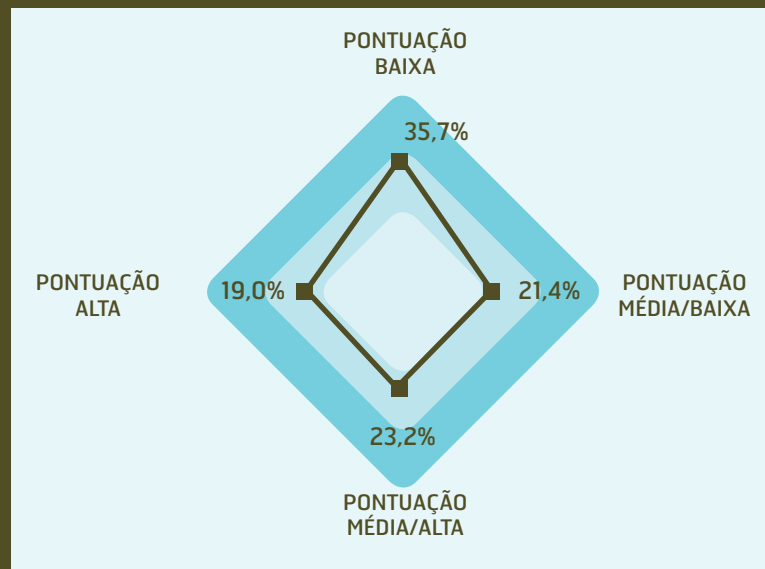
Os resultados deste capítulo são positivos, dado que: (1) a maior parte das empresas não tem nenhum tipo de obrigação legal no que concerne à inventariação de GEE; e (2) existe um número significativo de empresas que consegue preencher os critérios na totalidade e quase na totalidade. No entanto, é neste capítulo que existe a maior percentagem de empresas com pontuações incluídas no intervalo de análise de pontuação baixa (0% a 25%).

EMPRESA	%
1º CTT	100,0%
1º SONAE SIERRA	100,0%
1º VODAFONE	100,0%
4º AXA SEGUROS	83,3%
4º CARRIS	83,3%
4º TAP - TRANSPORTE AÉREO	83,3%
7º CEPSA	75,0%
7º CIMPOR	75,0%
9º CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	66,7%
9º DELTA	66,7%
9º EDP	66,7%

TABELA 8 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o CAPÍTULO D.

Os CTT, a Sonae Sierra e a Vodafone foram as empresas que atingiram a pontuação máxima no capítulo D. Com pontuações superiores a 75%, aparecem a AXA Seguros, a Carris e a TAP, com 83,3 pontos percentuais e muito próximas de completar o preenchimento total dos critérios do capítulo.

As empresas que se conseguem destacar neste capítulo indicam e comprovam que consideram as fontes indirectas de GEE na elaboração de inventários de GEE, estabelecem objectivos de emissão e revêem os seus objectivos regularmente.



CAPÍTULO D

EMPRESAS

TIPOLOGIA

DE PONTUAÇÃO

PONTUAÇÃO ALTA: 75%; 100%

PONTUAÇÃO MÉDIA ALTA: 50%; 75%

PONTUAÇÃO MÉDIA BAIXA: 25%; 50%

PONTUAÇÃO BAIXA: 0%; 25%

FIGURA 8 / Percentagem de empresas por classe de resposta no CAPÍTULO D.

A FIGURA 9 apresenta os resultados, em percentagem, de todos os capítulos e de todas as empresas que integram o ACGE2007.

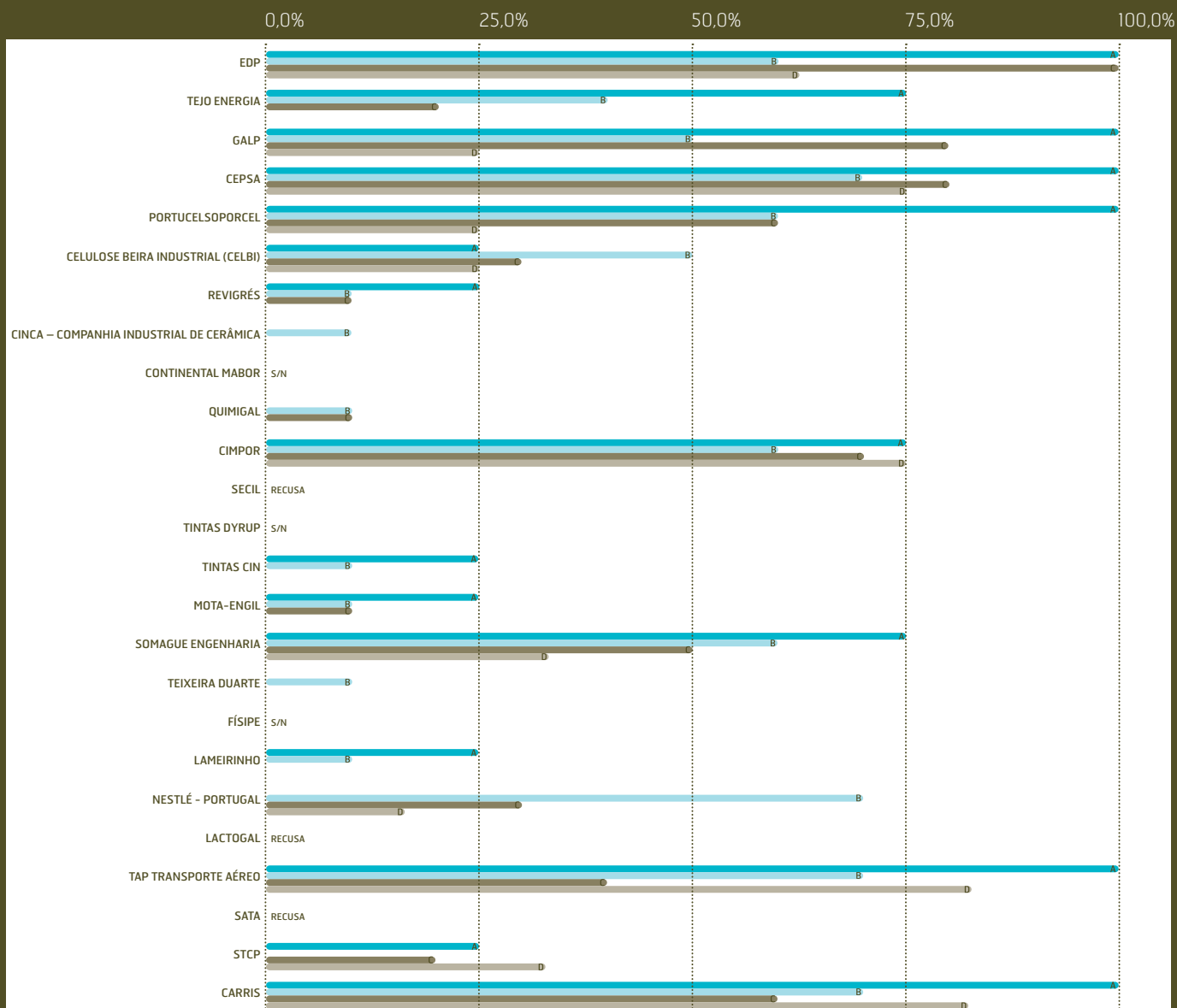
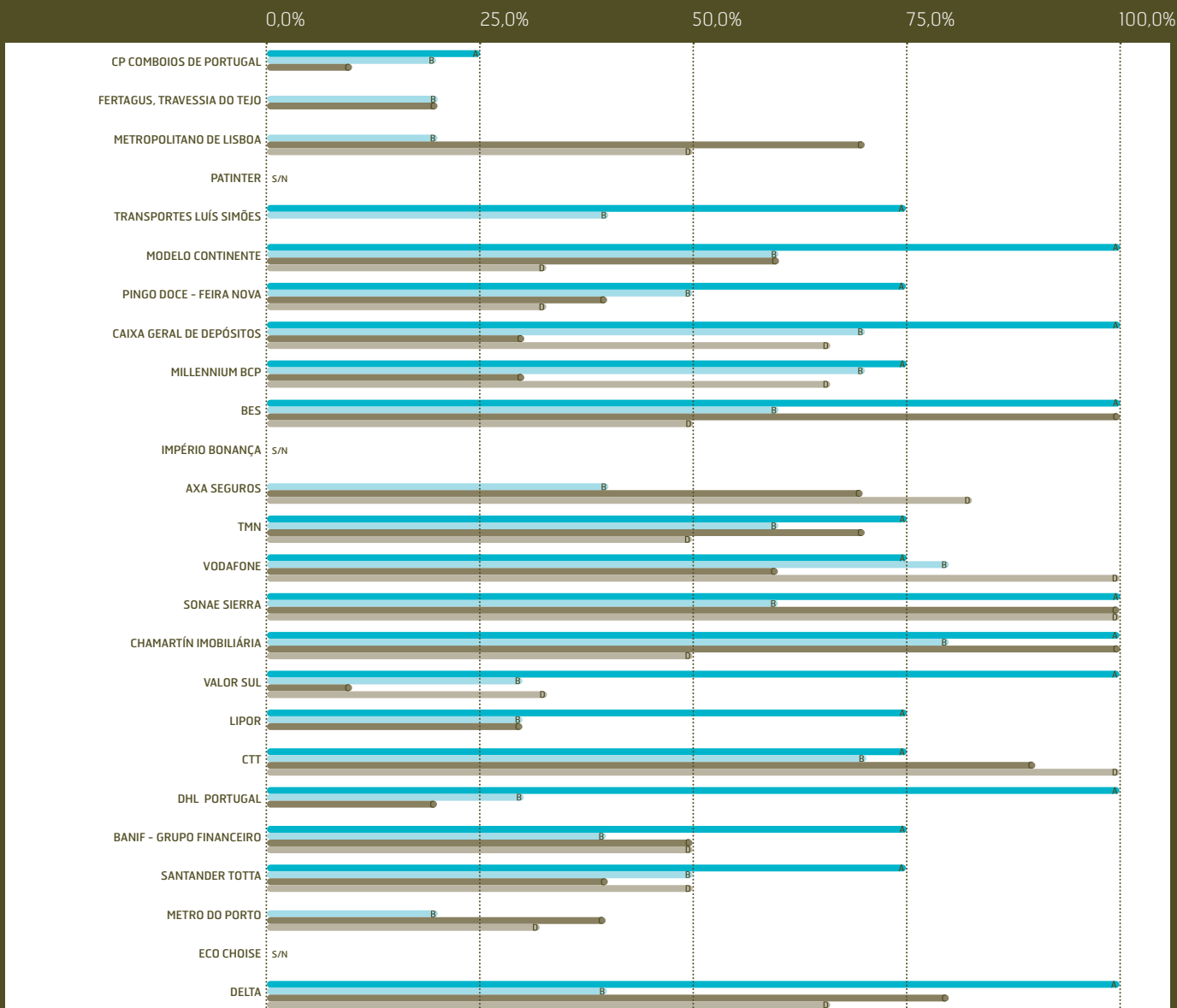


FIGURA 9 / Resultados de todas as empresas que integram o ACGE 2007.

Nota: "S/N" diz respeito aos casos em que não foi possível encontrar informações acerca da empresa para os itens em estudo.



CAPITULO A
ESTRUTURA

CAPITULO B
GESTÃO

CAPITULO C
DIVULGAÇÃO

CAPITULO D
INVENTÁRIOS

ÍNDICE ACGE/07 ANÁLISE SECTORIAL

O Índice ACGE foi dimensionado e orientado de maneira a que fosse possível realizar comparações para todos os sectores que foram, inicialmente considerados relevantes para esta edição. O objectivo que visava a comparação sectorial das empresas foi parcialmente cumprido, dado que no processo de recolha de informação algumas empresas não colaboraram e outras acabaram mesmo por recusar participar no estudo. Neste contexto não foi possível realizar uma análise sectorial para os seguintes sectores: Industria Química, Aviação Civil, Produção de Cimento, Agro-indústria, Industria Têxtil e Fibras, Fabrico de Tintas, Vernizes e Produtos Similares, Transporte Rodoviário de Mercadorias e Seguros.

A **EDP Produção** evidencia-se como a melhor empresa dentro da sua área de negócio, tanto do ponto de vista de avaliação global, como capítulo a capítulo. Esta empresa está consideravelmente mais desenvolvida nas áreas de avaliação do ACGE, tanto mais que é a única empresa do sector que elabora Relatório de Sustentabilidade. Verifica-se que nos capítulos A e B as diferenças não são muito acentuadas, o mesmo não acontece para os capítulos C e D, onde as diferenças podem ser consideradas muito significativas.

A **CEPSA** evidencia-se na sua área de negócio, nos capítulos B e D. Estes capítulos influenciam significativamente a diferença no resultado final, dado que nos capítulos A e C as empresas têm pontuações iguais. As diferenças entre estas duas empresas estão portanto associadas à Gestão das Empresas

e Preocupações Ambientais, na sua vertente de definição e qualificação de objectivos ambientais, e aos inventários de Gases com Efeitos de Estufa.

A **Portucel Soporcel** evidencia-se dentro da sua área de negócio, tanto do ponto de vista de avaliação global como capítulo a capítulo, com excepção para o capítulo D. Verifica-se que no capítulo C as diferenças não são muito acentuadas, o mesmo não acontece para os capítulos A e C, onde as diferenças podem ser consideradas muito significativas. As diferenças entre estas empresas da indústria papelreira estão, no que diz respeito ao capítulo A, associadas ao facto de durante o ano de 2007 a **CELBI** não ter participado activamente no debate público sobre alterações climáticas. Se considerarmos o capítulo C, verificamos que muitos dos critérios que não foram preenchidos pela CELBI, e que a Portucel Soporcel conseguiu preencher, podem estar indirectamente associados ao facto de termos assistido a níveis de comunicação diferentes durante o ano de 2007.

A **Somague Engenharia** surge como a melhor empresa dentro desta área de actividade uma vez que, entre outras iniciativas, tem colaboradores a participar activamente no debate público sobre as alterações climáticas e elabora Relatórios de Sustentabilidade.

PRODUÇÃO DE ENERGIA

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
EDP	100,0%	60,0%	100,0%	66,7%	80,0%
TEJO ENERGIA	75,0%	40,0%	20,0%	< 20,0%	32,1%

TABELA 9 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector Produção de Energia.

REFINAÇÃO

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
CEPSA	100,0%	70,0%	80,0%	75,0%	78,6%
GALP	100,0%	50,0%	80,0%	25,0%	64,3%

TABELA 10 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector da Refinação.

PASTA DE PAPEL

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
PORTUCEL SOPORCEL	100,0%	60,0%	60,0%	25,0%	60,7%
CELBI	25,0%	50,0%	30,0%	25,0%	35,7%

TABELA 11 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector da Refinação.

CONSTRUÇÃO

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
SOMAGUE ENG.	75,0%	60,0%	50,0%	33,3%	53,3%
MOTA-ENGI	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%
TEIXEIRA DUARTE	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%

TABELA 12 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector da Construção.

TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
CARRIS	100,0%	70,0%	60,0%	83,3%	73,3%
STCP	25,0%	< 20,0%	< 20,0%	33,3%	< 20,0%

TABELA 13 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector do Transporte Rodoviário de Passageiros.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
METROP. LISBOA	< 20,0%	20,0%	70,0%	50,0%	40,0%
FERTAGUS	< 20,0%	30,0%	30,0%	< 20,0%	20,0%
CP	25,0%	20,0%	< 20,0%	< 20,0%	< 20,0%

TABELA 14 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector da Transporte Ferroviário de Passageiros.

A **Carris** evidencia-se no sector do Transporte Rodoviário de Passageiros, do ponto de vista global e também quando se realiza uma análise capítulo a capítulo. Esta empresa destaca-se no capítulo A, através de participação activa no debate público sobre alterações climáticas e no capítulo B, pelo desenvolvimento de metodologias e definição de objectivos quantificados. No que diz respeito ao capítulo C, as diferenças estão associadas, essencialmente, à implementação de iniciativas relacionadas com alterações climáticas e à produção de documentação específica. Relativamente ao capítulo D, as empresas estão tecnicamente ao mesmo nível, estando a mais-valia da Carris associada à sua experiência em inventariação de GEE, facto que permite a definição de objectivos, alicerçados em medidas, cujos resultados podem actualmente ser verificados.

O **Metropolitano de Lisboa** surge em primeiro lugar nesta área de actividade económica. Os aspectos positivos desta empresa, relativamente às suas congéneres fazem-se sentir, essencialmente, nos capítulos C e D. Neste capítulos, a empresa Metropolitano de Lisboa, destaca-se através da publicação do Relatório de Sustentabilidade e da inventariação de GEE. Nos restantes capítulos, A e B, as diferenças não são evidentes, sendo possível referir que as empresas deste sector intervêm pouco no debate público sobre alterações climáticas e apenas a espaços são verificáveis preocupações relacionados com as alterações climáticas. Pode ainda ser incluída neste sector a empresa **Metro do Porto**, que participou voluntariamente no índice ACGE 2007. Esta empresa apresenta alguns aspectos positivos, quando comparada com a CP e a Fertagus, dos quais se destaca a publicação de Relatórios de Sustentabilidade, a implementação de medida de eficiência energética e a inventariação de GEE.

A **Modelo Continente** apresenta uma estrutura administrativa que lhe permite preencher na totalidade os critérios associados ao capítulo A. Este comportamento é

acompanhado pelo **Pingo Doce – Feira Nova**, com excepção para o preenchimento do critério relativo à participação activa no debate público sobre alterações climáticas. A Modelo Continente consegue atingir melhores resultados que a sua congénere em todos os capítulos, com excepção do capítulo D.

Ao contrário do que sucede com a Modelo Continente, a Pingo Doce – Feira Nova não conseguiu preencher o critério que pressuponha a definição quantificada de objectivos ambientais relacionada com alterações climáticas, este facto justifica a diferença pontual no capítulo B.

Quando nos reportamos ao capítulo onde é avaliada a divulgação das alterações climáticas, o capítulo C, as diferenças ganham maior representatividade, estando este facto directamente relacionado com a não utilização dos indicadores adicionais do GRI relacionados com alterações climáticas. Na generalidade, este sector apresenta bons resultados nas questões de administração e dificuldades na obtenção de bons resultados no capítulo D, capítulo relativos à inventariação de GEE.

O **BES** surge a liderar o sector da banca com base numa estrutura administrativa com valências direccionadas para a promoção da sustentabilidade, divulgando de forma transversal as suas preocupações ambientais e climáticas. Neste contexto, o BES acaba por obter uma pontuação no capítulo C que o distingue dos restantes bancos e que tem implicações no resultado final. A **Caixa Geral de Depósitos** é penalizada neste capítulo por não publicar Relatórios de Sustentabilidade.

Se analisarmos apenas os resultados capítulo A, verificamos que apenas o **Millennium BCP** não consegue preencher a totalidade dos critérios, dado não ter participado no debate público sobre alterações climáticas.

TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
METRO DO PORTO	< 20,0%	20,0%	40,0%	33,3%	26,67%

TABELA 15 / Resultados da participação voluntária no Índice ACGE 2007 e enquadrável no sector do Transporte Ferroviário de Passageiros.

DISTRIBUIÇÃO

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
MODELO CONTINENTE	100,0%	60,0%	60,0%	33,3%	60,0%
PINGO DOCE/FEIRA NOVA	75,0%	50,0%	40,0%	33,3%	46,7%

TABELA 16 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector da Distribuição.

SERVIÇOS BANCÁRIOS

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
BES	100,0%	60,0%	100,0%	50,0%	76,7%
CAIXA GERAL DEP.	100,0%	70,0%	30,0%	66,7%	60,0%
MILLENNIUM BCP	75,0%	40,0%	60,0%	50,0%	53,3%

TABELA 17 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector dos Servilios Bancários.

BANCA

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
BANIF – GRUPO FIN.*	75,0%	40,0%	50,0%	50,0%	50,0%
SANTANDER TOTTA*	75,0%	50,0%	40,0%	50,0%	50,0%

TABELA 18 / Resultados da participação voluntária no Índice ACGE 2007 e enquadrável no sector da Banca.

COMUNICAÇÕES

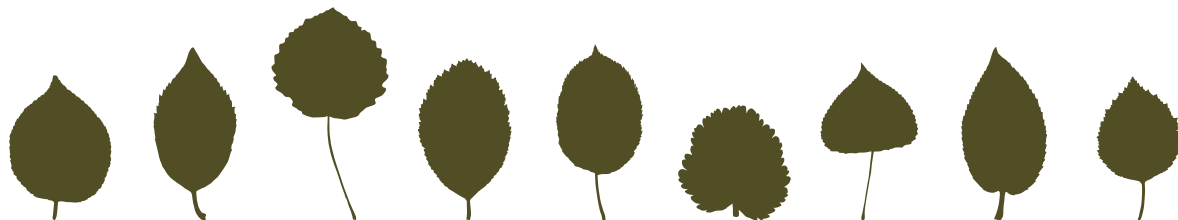
EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
VODAFONE	75,0%	80,0%	60,0%	100,0%	76,7%
TMN	75,0%	60,0%	70,0%	50,0%	63,3%

TABELA 19 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector das telecomunicações.

IMOBILIÁRIO

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
SONAE SIERRA	100,0%	60,0%	100,0%	100,0%	86,7%
CHAMARTÍN IMOB.	100,0%	80,0%	100,0%	50,0%	83,3%

TABELA 20 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector Imobiliário.



No capítulo B, a Caixa Geral de Depósitos destaca-se ligeiramente através da definição quantificada dos seus objectivos ambientais. Este facto tem também implicações idênticas no capítulo D. Considerando ainda o capítulo B, assistimos a uma penalização pontual do Millennium BCP associada à inexistência de referências metodológicas ligadas a objectivos ambientais.

O Millennium BCP, apesar de estar bem classificado e de ter uma pontuação superior a 50%, não obteve uma pontuação superior aos seus congéneres BES e Caixa Geral de Depósitos. No entanto pela regularidade demonstrada consegue uma pontuação ligeiramente superior aos participantes voluntários **Banif** e **Santander Totta**.

Estes dois bancos apresentam inúmeros aspectos considerados positivos, dos quais se destacam a publicação de Relatório de Sustentabilidade, a implementação de medidas de eficiência energética e a inventariação de GEE.

Apesar de se tratar de um sector cujo contributo para as alterações climáticas pode ser considerado reduzido, a análise dos resultados revela a existência de preocupações com esta problemática. Trata-se portanto de um sector que obtém resultados positivos mas onde a Vodafone acaba por se destacar através de um comportamento exemplar no capítulo relativo à inventariação dos GEE, capítulo D, e através da promoção de metodologias para o cumprimento de objectivos ambientais, avaliadas no capítulo B.

Na globalidade, a **Vodafone** alcança uma pontuação superior à **TMN**, apesar de no capítulo C, esta última empresa, se destacar por utilizar no Relatório de Sustentabilidade os indicadores adicionais GRI associados a alterações climáticas.

A **Sonae Sierra** apresenta uma pontuação que traduz um comportamento exemplar nos capítulos A, C e D. Para esta empresa ficaram apenas por preencher alguns critérios associados à gestão da empresa e suas preocupações ambientais, relativos ao capítulo B. Neste capítulo a sua congénere, a **Chamartín Imobiliária**, acaba mesmo por obter uma pontuação superior, preponderância que se deve ao preenchimento dos critérios que pressupõem a existência de uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos e à promoção de metodologias associadas aos objectivos ambientais.

Se compararmos os resultados do capítulo que avalia as questões relacionadas com a inventariação dos GEE, capítulo D, verificamos que é nesse capítulo que residem as diferenças mais significativas entre as empresas. Estas diferenças estão associadas à contabilização das emissões do transporte (transporte de funcionários nos trajectos casa-trabalho, transporte de material para a empresa e o transporte associado às visitas) e à definição de objectivos de emissões de GEE.

A Euronatura teve oportunidade de verificar que este sector se encontra a dar os primeiros passos em matéria de alterações climáticas, as preocupações sobre o tema existem, não estando ainda completamente documentadas, organizadas e orientadas, facto que se revelou decisivo no preenchimento dos critérios associados ao Índice ACGE 2007.

Apesar de se verificar uma diferença pontual total reduzida, a **Valorsul** surge melhor cotada na amostra de empresas do sector da gestão de resíduos. Esta empresa apresenta melhores resultados nos capítulos A e D, relativos à estrutura administrativa e supervisão das questões ambientais e aos inventários de GEE, respectivamente.

A sua congénere, a **LIPOR**, tem vantagem no capítulo C, que avalia divulgação das alterações climáticas, dado que produziu documentação sobre o tema durante o ano de 2007. Ambas as empresas acabaram por obter pontuações reduzidas no capítulo C pelo facto de não terem preenchido os critérios associados à produção do Relatório de Sustentabilidade.

Os **CTT** evidenciam-se como a melhor empresa dentro da sua área de negócio, tanto de um ponto de vista de avaliação global como capítulo a capítulo, com excepção para o capítulo A. Esta empresa está significativamente mais desenvolvida, nas áreas de avaliação de ACGE, que a DHL.

A **DHL** apenas consegue obter uma pontuação elevada no capítulo associado à estrutura administrativa e supervisão das questões ambientais, alcançando nos demais capítulos pontuações muito distantes da sua congénere, com especial significância para o capítulo relativo aos inventários de GEE.

GESTÃO DE RESÍDUOS

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
VALOR SUL	100,0%	30,0%	< 20,0%	33,3%	33,3%
LIPOR	75,0%	30,0%	30,0%	< 20,0%	30,0%

TABELA 21 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector dos Resíduos.

CORREIOS

EMPRESA	A	B	C	D	TOTAL
CTT	75,0%	70,0%	90,0%	100,0%	83,3%
DLH PORTUGAL	100,0%	30,0%	20,0%	< 20,0%	30,0%

TABELA 22 / Resultados do Índice ACGE 2007 para o sector dos Correios.

ACGE/07

EVOLUÇÃO

ACGE 2004-2007

Decorridas quatro edições do projecto ACGE aumenta, cada vez mais, a representatividade dos dados, possibilitando assim a realização de uma análise temporal. Neste contexto organizámos as empresas, com registos no ACGE, em dois grupos: (1) empresas com três ou quatro participações; (2) empresas com uma ou duas participações. Foi considerada “participação”, quando a empresa foi incluída no grupo de empresas inicialmente seleccionadas, ou seja, foram também incluídas para esta análise as empresas para as quais não tem sido possível obter informação ou que recusam participar.

Se analisarmos os resultados globalmente, desde a primeira edição até à actual, verificamos que a transição do ACGE 2004 para o ACGE 2005 é aquela que apresenta maior número de subidas de pontuação. Este facto está intrinsecamente ligado às alterações metodológicas implementadas, e que estão associadas ao aumento da qualidade de comunicação entre a Euronatura e as empresas.

Tomando a passagem evolutiva do ACGE 2005 para o ACGE Sectorial 2006, observamos que muitas empresas têm descidas significativas na sua pontuação. Do grupo de empresas que participou nestas edições apenas a Carris, o Metro do Porto e a Fertagus conseguem realizar pontuações significativamente superiores, em 2006, face a 2005.

Se considerarmos agora a transição temporal que decorre do ACGE 2005 ou do ACGE Sectorial 2006 para a actual edição, o ACGE 2007, verificamos que 10 empresas conseguem aumentar a sua pontuação. Este grupo é constituído pelas seguintes empresas: Sonae Sierra, CTT, BES, Carris, TAP, Caixa Geral de Depósitos, Axa Seguros, Metropolitano de Lisboa e Fertagus.

EMPRESA	ACGE/04	≠	ACGE/05	≠	ACGE/06	≠	ACGE/07
SONAE SIERRA	77,9%	↗	94,4%	↘	82,8%	↗	86,7%
CTT	-		62,5%	→	62,5%	↗	83,3%
BES	55,8%	↗	91,7%		-	↘	80,0%
EDP	-		75,0%	↘	69,0%	↗	76,7%
CARRIS	14,0%	↗	58,3%	↗	69,0%	↗	73,3%
CIMPOR	71,4%	↗	95,8%		-	↘	67,9%
TAP	26,7%	↗	69,4%	↘	51,7%	↗	66,7%
PETROGAL - GALP ENERGIA	52,3%	↗	86,1%	↘	69,0%	↘	64,3%
PORTUCELSOPORCEL	28,4%	↗	88,9%		-	↘	60,7%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	7,0%	↗	36,1%	↘	17,2%	↗	60,0%
MODELO CONTINENTE	19,8%	↗	88,9%		-	↘	60,0%
BCP	14,0%	↗	72,2%	↘	51,7%	→	53,3%
AXA SEGUROS	-		11,1%	↘	3,4%	↗	53,3%
SOMAGUE	31,2%	↗	63,9%		-	↘	53,3%
PINGO DOCE - FEIRA NOVA	27,9%	↗	69,4%		-	↘	46,7%
METRO DE LISBOA	-		51,4%	↘	6,9%	↗	40,0%
CELBI	59,3%	↗	84,7%		-	↘	35,7%
VALOR SUL	11,6%	↗	73,6%		-	↘	33,3%
TEJO ENERGIA	20,9%	↗	52,8%		-	↘	32,1%
LIPOR	27,9%	↗	48,6%		-	↘	30,0%
METRO DO PORTO*	-		26,4%	↗	37,9%	↘	26,7%
LUÍS SIMÕES	14,0%	↗	48,6%	↘	31,0%	↘	23,3%
FERTAGUS	4,7%	↗	8,3%	↗	13,8%	↗	20,0%
CP	11,6%	↗	41,7%	↘	27,6%	↘	<20,0%
STCP	15,1%	↗	26,4%	→	27,6%	↘	<20,0%
CINCA	43,0%	↘	34,7%		-	↘	<20,0%
MOTA-ENGIL	4,7%	↘	RECUSA		-	→	<20,0%
REVIGRÉS	15,1%	↘	47,2%		-	↘	<20,0%
SECIL	67,9%	↘	RECUSA		-	↘	RECUSA
PATINTER	9,3%			↘	S/D	↘	S/D
IMPÉRIO BONANÇA	-		6,9%	↘	S/D	↘	S/D

↗	SUBIDA
→	CONSTÂNCIA
↘	DESCIDA
□	SEM EXPRESSÃO

TABELA 23 / Empresas estudadas no ACGE 2004, ACGE 2005, ACGE sectorial 2006 e ACGE 2007

EMPRESA	ACGE/05	≠	ACGE/06	≠	ACGE/07
CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA	-		-		83,3%
CEPSA	-		-		78,6%
VODAFONE	97,2%		-	↘	76,7%
DELTA*	-		-		66,7%
TMN	83,3%		-	↘	63,3%
BANIF	-		24,1%	↗	50,0%
SANTANDER TOTTA*	-		44,6%	↗	50,0%
NESTLÉ-PORTUGAL	77,8%		-	↘	36,7%
DHL PORTUGAL	-		-		30,0%
LAMEIRINHO	51,4%		-	↘	<20,0%
QUIMIGAL	52,8%		-	↘	<20,0%
TEIXEIRA DUARTE	44,4%		-	↘	<20,0%
TINTAS CIN	RECUSA		-	↗	<20,0%
ECO CHOISE*	-		-		<20,0%
CONTINENTAL MABOR	RECUSA		-	↘	N/R
FISIPE	RECUSA		-	↘	N/R
TINTAS DYRUP	RECUSA		-	↘	N/R
LACTOGAL	11,1%		-	↘	RECUSA
SATA	-		S/D	↘	RECUSA

↗	SUBIDA
→	CONSTÂNCIA
↘	DESCIDA
□	SEM EXPRESSÃO

TABELA 24 / Empresas estudadas no ACGE 2004, ACGE 2005, ACGE sectorial 2006 e ACGE 2007.

Agregando o comportamento das empresas ao longo das quatro edições do ACGE, é destacável o comportamento de algumas empresas:

- **Sonae Sierra, CTT, EDP Produção, BES e Carris**, pela regularidade na obtenção de resultados positivos;
- **A Caixa Geral de Depósitos e a Axia Seguros**, pela subida na edição do ACGE Sectorial 2006;

Por falta de representatividade estatística, a análise temporal não foi realizada para as empresas que apenas tiveram oportunidade de participar uma ou duas vezes no ACGE pois os dados não conferem robustez à análise. Para estas são apenas apresentados os resultados na TABELA 24.

É importante referir que as diferenças de pontuação verificadas ao longo do tempo não podem ser apenas explicadas através de alterações no comportamento das empresas. Isto porque, os critérios associados ao ACGE têm sido alterados ao longo das várias edições de forma a melhor reflectir a realidade Portuguesa. Esta evolução do Índice é uma inevitabilidade e faz parte do processo de melhoria e aprendizagem contínua que a Euronatura preconiza para o ACGE. As alterações dos critérios associadas ao Índice, são, no entanto, consideradas pequenas melhorias, que representam, por exemplo do ACGE sectorial 2006 para o ACGE 2007, diferenças de 2 pontos em 30 possíveis. Assim, e considerando apenas a representatividade estatística das alterações implementadas, podemos concluir que apesar de existirem alterações, estas não constituem perversidades quando se realiza a análise dos resultados ao longo do tempo.

ACGE/07

**BOAS
PRÁTICAS**

Durante o processo de recolha de informação a Euronatura tomou conhecimento de várias práticas e iniciativas implementadas pelas empresas em estudo que são merecedoras de divulgação. Esta necessidade ganha ainda mais força quando verificamos que estas iniciativas são de difícil categorização, ou seja a inclusão em determinado item é dúbida ou não enquadrável.

- A EDP Produção promoveu o Espaço da Sustentabilidade. A EDP pretendeu disponibilizar um local para privilegiar o diálogo com as partes interessadas, nomeadamente os colaboradores. Desenvolveu um projecto interno de envolvimento dos colaboradores “embaixador de sustentabilidade” - em que um dos aspectos que se encontra em operacionalização respeita à partilha de viaturas em viagem de trabalho, ou para o local de trabalho. Lançou o "Concurso Ideias Luminosas - Eficiência Energética".
- A Petrogal - Galp Energia define, anualmente, para cada instalação industrial planos de acção, tendo em vista uma melhoria contínua, quer ao nível processual e tecnológico, quer ao nível da gestão operacional. Estes planos reflectem a estratégia de curto e longo prazo da própria empresa e, mais concretamente, em relação ao alinhamento das instalações com as Melhores Técnicas Disponíveis. Irá futuramente substituir as actuais centrais térmicas existentes em Sines e no Porto por centrais de cogeração, com turbinas a gás natural, permitindo a produção combinada de electricidade e vapor.
- A CEPSA, desenvolveu o projecto "Save more than fuel", difundido em Portugal e Espanha durante o ano de 2008. Adquiriu equipamento para realização de video-conferências entre Matosinhos, Lisboa e Madrid, reduzindo as viagens dos colaboradores e consequentemente as suas emissões de GEE.
- A Portucel Soporcel refere que sempre que não é possível suprir as necessidades energéticas das instalações recorrendo a energias renováveis, utiliza gás natural em detrimento de outros combustíveis com maiores emissões de GEE.
- A Quimigal utiliza as mais recentes tecnologias de abatimento de N2O na nova instalação de Ácido Nítrico.
- A CIMPOR tem vindo a estudar a viabilidade de implementação de projectos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com vista à possível obtenção de créditos de carbono, para utilização no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE).
- A Nestlé desenvolve o NEMT (Nestlé Energy Management Tool).
- A CP tem em curso a iniciativa Ecoviagem CP, um simulador ambiental, promovendo assim eficiência energética e induzindo comportamentos ecologicamente mais responsáveis nos seus clientes.
- A TAP preconiza a melhoria da eficiência energética através do Projecto “Fuel Conservation and Emissions Savings”. Constituiu em Agosto de 2008 um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de implementação de um projecto novo na Empresa - o Projecto de Carbon Offset .

- A Carris criou, em 2007, um Prémio denominado “Desempenho +”, com o objectivo de promover, distinguir e reconhecer, quadrimestralmente, o desempenho dos Tripulantes no exercício da função.
- A Fertagus criou um horário para hora da ponta da manhã, onde é divulgada informação sobre a ocupação dos comboios e dos horários de comboios duplos, com o intuito de diminuir a percepção de excesso de passageiros, dos clientes, às horas de ponta e de promover uma melhor distribuição destes pelos comboios disponíveis.
- A Transportes Luís Simões manteve iniciativas como a montagem de spoilers na traseira dos semi-reboques, para diminuição do consumo de combustível.
- A Caixa Geral de Depósitos definiu planos internos de mobilidade e de medidas comportamentais de redução de emissões. Definiu também normas de aquisição de viaturas com base em critérios ambientais.
- O Banco Espírito Santo (BES) desenvolveu diferentes canais de comunicação com os Stakeholders. Numa base anual, o BES realiza um questionário que tem como subjacente o tema sustentabilidade.
- A Vodafone Portugal promoveu a utilização de sistemas de videoconferências, implementou uma campanha para sensibilizar os seus colaboradores a desligar os computadores e evitar impressões desnecessárias. Desenvolveu, também, uma campanha de sensibilização para promover as melhores práticas ao nível da redução dos consumos de energia.
- A Sonae Sierra desenvolveu a campanha “NORTESULESTEOESTE - Uma visão a 360º das Alterações Climáticas”, cujo objectivo é promover a reflexão sobre as alterações climáticas. Desenvolveu um projecto do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), Eficiência Energética nos Edifícios, visando a redução das emissões de carbono e o aumento da eficiência energética. Nesse contexto, foi lançado o Pan European BREEAM que é um sistema de certificação ambiental de novos centros comerciais.
- A Chamartín Imobiliária integrou os requisitos BREEAM nos seus activos (para os indicadores energia, água, biodiversidade, materiais, qualidade do ar interior e exterior, resíduos, crescimento económico, bem-estar social e envolvimento das partes interessadas).
- Os CTT aderiram à utilização de ADBLUE para as viaturas pesadas, um aditivo que permite a redução de consumo e da emissão de gases poluentes em cerca de 5%. Realizou formação em condução defensiva e ecológica (motociclos, ligeiros e pesados), com uma média de 220 participantes, em 2006 e 2007.
- A Delta calculou a Pegada Carbónica do ciclo de vida do café Delta.

ACGE/07

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Os critérios estabelecidos para a escolha das empresas permitiriam estudar pelo menos duas em cada sector identificado, realizando uma análise sectorial que é justa, num contexto de mercado e de concorrência, e também partindo do pressuposto que as empresas com o mesmo tipo de actividade têm, em potencial, as mesmas oportunidades. Este é, no entanto, o ponto a melhorar, dado que não foi possível realizar uma análise comparada para todos os sectores incluídos no Índice ACGE2007.

No que diz respeito à metodologia de recolha de informação, esta permitiu alcançar resultados muito positivos quando existem preocupações reais dentro das empresas e quando a empresa publica informação pública de qualidade.

Trata-se de uma metodologia que implica um moroso processo de diálogo com as empresas, no sentido em que se procede a uma recolha e análise de informação caso a caso, permitindo às empresas ter uma maior percepção do que se pretende avaliar, quando é enviado o Pré-Relatório.

A possibilidade que é dada às empresas de poderem comentar os Pré-Relatórios foi, mais uma vez, considerada uma mais-valia, principalmente porque permite às mesmas acrescentar informações que consideram relevantes. A taxa de resposta ao Pré-relatório foi de 60%, não considerando as participações activas dos numerosos participantes voluntários. Assim, esta será a metodologia aplicada nas futuras edições, considerando apenas algumas actualizações necessárias.

Relativamente às questões em avaliação e a sua respectiva cotação, verifica-se que todos os capítulos permitem às empresas pontuarem independentemente da sua área de actividade económica quer estejam, ou não, abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE). O único



capítulo que poderia apresentar constrangimentos seria o D (Inventário de emissão de GEE). Contudo, a pontuação nesse capítulo foi definida para que tanto as empresas que elaboram inventários voluntariamente, como as que são obrigadas a tal, pudessem atingir a mesma pontuação. A distinção foi feita com base na obrigatoriedade legal, avaliando o voluntarismo na realização dos inventários.

A pontuação atribuída e os critérios associados ao Índice sofreram apenas pequenas alterações, tendo sido mantida a estrutura do Índice, o que permite realizar comparações com as edições anteriores.

ANALISANDO OS RESULTADOS NO GERAL, VERIFICA-SE QUE:

- A melhor pontuação foi obtida pela Sonae Sierra, pela Chamartín e pelos CTT, revelando que do total da amostra estas são o exemplo a seguir, embora ainda tenham pontos passíveis de melhoria.
- Grande parte das empresas desenvolveu estruturas organizativas que desempenham formalmente funções relacionadas com as alterações climáticas e/ou com eficiência energética.
- Algumas empresas, mesmo obtendo boas pontuações, têm dificuldade em intervir no debate público sobre alterações climáticas. Assim, fica inviabilizada a possibilidade da partilha pública de opinião das empresas, que tem por base a sua experiência de negócio, possa ser considerada num contexto de implementação de dispositivos legais relacionados com alterações climáticas.
- Se considerarmos apenas as empresas que obtêm boas pontuações, existem diversos aspectos passíveis de melhoria, com especial atenção para o desenvolvimento de objectivos ambientais e para a promoção de políticas de compras e fornecedores, com base em critérios climáticos.
- As empresas ainda não disponibilizam mecanismos específicos que permitam a participação dos seus colaboradores nas questões relativas às alterações climáticas.
- As empresas não promovem a existência de uma efectiva política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos.

- Existem empresas em todo o espectro de pontuações (0% a 100%), o que revela alguma heterogeneidade do tecido empresarial português no que diz respeito às preocupações climáticas.
- Um número considerável de empresas parece ainda não ter despertado para a questão climática: Dez empresas obtêm pontuação inferior a 20%; três empresas recusam participar; para cinco das empresas identificadas não foi possível obter informação de qualidade.
- Verificou-se um aumento significativo no número de empresas que define objectivos climáticos quantificados. No entanto são ainda numerosas as empresas que tendo uma estratégia de gestão de emissões de GEE, não associam as suas medidas a objectivos quantificados.

ANALISANDO OS DIFERENTES CAPÍTULOS VERIFICA-SE QUE:

- O capítulo D é o que apresenta um maior número de respostas negativas.
- O capítulo A apresenta um maior número de empresas com uma taxa positiva entre os 50% e os 100%, indicando que o ponto mais forte das empresas em estudo diz respeito à sua estrutura administrativa.
- No Capítulo B (Gestão), mesmo as empresas bem classificadas têm dificuldade em alcançar boas pontuações, apenas duas empresas conseguem exceder os 75%.

- No que se refere à divulgação, Capítulo C, podemos concluir que a concretização das intenções carece de melhoria para um grande número de empresas. Ainda assim, muitas empresas apresentam uma gestão eficaz no que diz respeito aos seus investimentos em energias renováveis e em medidas de eficiência energética, bem como uma boa definição de objectivos e metodologia adoptada para os atingir.

- Apenas no capítulo A, não existe dispersão de pontuações por todo o espectro, 0% a 100%. Este facto revela que as empresas portuguesas dedicam especial atenção à Estrutura Administrativa e Supervisão das Questões Ambientais ou, simplesmente, não o consideram.

- No Top 10 aparecem: duas empresas ligadas à energia, a EDP Produção e CEPSA; duas empresas ligada ao sector imobiliário, a Sonae Sierra e a Chamartín; duas empresas ligadas ao sector dos transportes, a Carris e a TAP; uma empresa associada aos correios, os CTT; uma empresa ligada às telecomunicações, a Vodafone; uma empresa da indústria cimenteira, a CIMPOR; e uma da industria de processamento de café, a Delta.

DA ANÁLISE SECTORIAL OBSERVA-SE QUE:

- A EDP Produção, a CEPSA, a Portucel Soporcel, a Somague Engenharia, a Carris, o Modelo Continente, o BES, a Vodafone, a Sonae Sierra e os CTT, evidenciam-se na sua área de negócio e obtêm pontuação superior a 50%.

- O sector imobiliário esta significativamente mais desenvolvido que os restantes sectores analisados.

DA ANÁLISE TEMPORAL OBSERVA-SE QUE:

- A Sonae Sierra, CTT, EDP produção, BES e Carris, têm obtido resultados positivos nas últimas edições ACGE;
- A Caixa Geral de Depósitos e a Axa Seguros têm as maiores subidas registadas;

De uma forma geral pode dizer-se que a divulgação das medidas e iniciativas levadas a cabo pelas empresas carece ainda de melhorias, por duas razões essenciais: (1) metade das empresas analisadas obtém pontuações inferiores ao preenchimento de 50% dos critérios pontuáveis; (2) existe um número significativo de empresas para as quais não é ainda possível recolher dados sobre o seu desempenho climático. A partir destes dados e se tomarmos a amostra de empresas presentes no Índice ACGE como representativa da economia portuguesa, um dos objectivos do projecto na definição das empresas a avaliar, podemos considerar que pelo menos metade das empresas portuguesas ainda não considera as questões das alterações climáticas como uma área prioritária de acção.

Todavia, a Euronatura reconhece que existem empresas que integram as alterações climáticas na sua estratégia de crescimento e actuação, mas, dado o estado embrionário deste comportamento, estas ainda não têm total reflexo no Índice e nos resultados obtidos.

A publicação de Relatórios de Sustentabilidade apresenta, segundo o Índice ACGE, benefícios ao nível da qualidade da divulgação da informação ambiental, e na promoção e operacionalização de questões relativas à gestão da empresa.

ACGE/07

**NOTAS
FINAIS**

A Euronatura, como ONG, assume o seu papel de representante da sociedade civil. Neste contexto, assume também objectivos ambiciosos para si e para as empresas com quem tem vindo a trabalhar. O índice ACGE existe para as empresas e para quem as observa. A criação de um índice é realizada com base em pressupostos claros, que são reflexo do trabalho da Euronatura e das contribuições constantes das empresas.



O comportamento das empresas que o ACGE pretende retratar, não pode ser afastado do contexto do país e da comunidade onde estas estão inseridas. Os limites de acção, geográficos e legislativos das empresas não são de definição fácil. O ACGE, tal como as empresas, não valoriza em demasia a necessidade de definição deste tipo de limites. No entanto, existe a necessidade de que o objecto de estudo seja referenciado e justificado numa lógica associada à escala de trabalho. Segundo a Euronatura, as empresas que desejam intervir assertivamente nas questões relacionadas com alterações climáticas, deverão fazê-lo localmente. O ACGE detectou, por vezes, que as grandes organizações e os grupos empresariais têm tendência para se afastar da escala de trabalho ideal, facto que poderá gerar deseducação de políticas, factores que são detectados pelo índice ACGE

As organizações avaliadas no ACGE têm diferentes níveis de maturidade relativamente ao assunto “alterações climáticas”. A Euronatura considera, como não poderia deixar de ser, crucial o envolvimento de todas as empresas nas questões relacionadas com alterações climáticas. Neste contexto, a Euronatura jamais deixará de avaliar empresas que relevam ou adiam a internalização do tema.

ACGE/07

**PRÓXIMOS
PASSOS**

PRÓXIMOS PASSOS: ÍNDICE ACGE SECTORIAL 2008 / ÍNDICE ACGE 2009

A Euronatura continua convicta de que o ACGE deve ser realizado de dois em dois anos por considerar que as práticas avaliadas são complexas e como tal requerem um período considerável de tempo para que sejam visíveis num plano estratégico empresarial. Como complemento, e nos anos intercalares, a Euronatura apresenta o Índice ACGE Sectorial, focando a sua atenção num determinado número de sectores em particular.

Face a esta situação a próxima edição do ACGE será uma edição sectorial, podendo assim ser analisada um número maior de empresas de sectores estratégicos para a economia, em geral, e para as questões climáticas, em particular.

Assim, a Euronatura está já a elaborar o ACGE Sectorial 2008, que será apresentado em Novembro deste ano.

Todas as informações relacionadas com o Índice ACGE, e as suas respectivas edições poderão ser consultadas em:

WWW.RESPONSABILIDADECLIMATICA.ORG

Qualquer questão poderá ser colocada no seguinte endereço:

HUGO.COSTA@EURONATURA.PT

ANEXO I

AS EMPRESAS

Seguidamente são apresentadas informações acerca de cada empresa avaliada como uma breve descrição da sua actividade, a cotação atribuída, dois aspectos passíveis de melhoria e dois aspectos positivos.

EDP PRODUÇÃO

EMPRESA

A EDP é o maior produtor, distribuidor e comercializador de electricidade em Portugal. Tem também negócios significativos em Espanha (produção e distribuição de electricidade), no Brasil (produção, distribuição e comercialização de electricidade) e nos EUA (produção de electricidade) e desenvolve negócios na actividade de distribuição e comercialização de gás na Península Ibérica. A EDP Produção é uma das empresas do Grupo EDP que detém activos de produção de electricidade em Portugal, com excepção dos activos eólicos que pertencem à EDP Renováveis. O volume de negócios da EDP em 2007 totalizou 11 010,7 milhões de euros, dos quais 18,7% são relativos à EDP Produção. Em 2007 a produção de electricidade da EDP foi de 47,4 TWh, dos quais cerca 54% são relativos à EDP Produção. [In Comentários ao relatório Prévio de Avaliação DT 03/08](#)

CONTACTOS

ENG.º NEVES DE CARVALHO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

4º Lugar (80,0%)

CLASSIFICAÇÃO SECTORIAL

2º Lugar (53,1%)

A/B/C/D

100% / 60% / 100% / 66,67%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Contabilização de fontes indirectas de emissões de GEE como o trajecto casa-trabalho-casa dos seus colaboradores;
- / Definição de uma política de fornecedores com critérios ambientais.

ASPECTOS POSITIVOS

- / As alterações climáticas são debatidas a nível de conselho de administração
- / Realização de inventários de emissões de GEE e sua divulgação.

TEJO ENERGIA

EMPRESA

A Tejo Energia S.A. existe desde 1993 e tem por objectivos deter, explorar e manter a Central Termoeléctrica do Pego. Para além disso, a Tejo Energia é uma das maiores companhias privadas em Portugal em termos de Activos. [in www.tejoenergia.com](http://www.tejoenergia.com)

“O Pego continua a ser fundamental para o abastecimento de energia em Portugal e no contexto do novo Mercado Ibérico de Electricidade. Apesar das longas paragens das Unidades de produção, referidas anteriormente, estivemos em serviço durante mais de 97% do tempo restante a que corresponde uma produção de electricidade 3.615 GWh e uma quota de mercado de 7,2%.”

[Paulo Almirante in Relatório e Contas 2007](#)

CONTACTOS

DR.º ANTÓNIO LOPES DA SILVA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

27º Lugar (32,1%)

A/B/C/D

75% / 40% / 20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Definição de objectivos ambientais e fixação de metas de redução de GEE;
- / Elaboração do relatório de sustentabilidade.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Realização de auditorias e processos de certificação ambiental;
- / Divulgação interna sobre o tema das alterações climáticas.

PETROGAL - GALP ENERGIA

EMPRESA

Nascida em 2000, a Galp Energia é o grupo responsável pela remodelação do sector energético português, relativamente ao petróleo e ao gás natural. A Galp Energia detém a totalidade da Petrogal (produção e exploração de petróleo, e refinaria e marketing de produtos petrolíferos), empresa escolhida para avaliação neste projecto, já que a Refinação compõe o core business do Grupo. É constituída pelas refinarias de Sines e do Porto.

[in www.galpenenergia.com](http://www.galpenenergia.com)

O Grupo Galp é constituído pela Galp e subsidiárias, na qual se inclui a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de upstream e downstream na área do petróleo bruto e seus derivados. A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e controla maioritariamente a distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária.

[in Relatório e Contas 2007](#)

CONTACTOS

DR.º SOFIA SEQUEIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

12º Lugar (64,3%)

A/B/C/D

100% / 50% / 80% / 25%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Definição de objectivos ambientais quantificados e directamente relacionados com alterações climáticas;
- / Elaboração de inventários de GEE para além das obrigações legais.

ASPECTOS POSITIVOS

- / As alterações climáticas são debatidas a nível de conselho de administração;
- / Verificação externa do Relatório se Sustentabilidade

CEPSA - REFINAÇÃO

EMPRESA

A Companhia Española de Petróleos, S.A. (CEPSA) é líder no desenvolvimento de actividades integradas e relacionadas com o petróleo e com a petroquímica, como a exploração e produção de crude, refinação, transporte, comercialização de derivados petrolíferos e elaboração de produtos petroquímicos de valor acrescentado, como plásticos, fibras sintéticas e detergentes. A CEPSA possui três refinarias em Espanha (Gibraltar-San Roque, La Rábida e Tenerife), com uma capacidade total de destilação de 21 milhões de toneladas de crude por ano, mais de um terço do total nacional. Além destas três refinarias, a CEPSA tem uma participação de 50% na refinaria de asfaltos ASES, situada em Tarragona, com uma capacidade anual de um milhão de toneladas. in www.cepsa.com

CONTACTOS

DR.ª MARISA SILVA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

5º Lugar (78,6%)

A/B/C/D

100% / 70% / 80% / 75%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Elaboração de inventários de GEE para além das obrigações legais.
/ Verificação externa do Relatório de Sustentabilidade.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Definição e divulgação de objectivos ambientais quantificados;
/ Consideração das alterações climáticas a nível de conselho de administração.

PORTUCEL

SOPORCEL

EMPRESA

O Grupo PortucelSoporcel resulta da junção da Portucel e da Soporcel, posicionando-se entre os cinco maiores produtores europeus de papéis finos não revestidos, e líder do sector na Península Ibérica, possui uma posição de destaque no mercado europeu de pasta e papel A estrutura produtiva do Grupo assenta em três Fábricas, localizadas em Setúbal, Figueira da Foz e Cacia. in www.portucelsoporcel.com/pt
A estrutura produtiva industrial do Grupo corresponde a três complexos industriais, localizados em Setúbal, Figueira da Foz e Cacia. in www.portucelsoporcel.com/pt

CONTACTOS

DR.ª ANA NERY

CLASSIFICAÇÃO GERAL

14º Lugar (60,7%)

A/B/C/D

100% / 60% / 60% / 25

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de um objectivo de redução de emissões de GEE;
/ Desenvolver política de fornecedores com base em critérios climáticos.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Participação de membros da administração no debate público sobre alterações climáticas;
/ Investimentos em energias renováveis.

CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), S.A.

EMPRESA

A Celulose da Beira Industrial, SA produz uma pasta de fibra curta branqueada e leva a cabo a plantação, conservação e exploração florestal. Durante o exercício de 2007 obteve resultados líquidos de 41 milhões de euros. Pertence ao Grupo Altri, que a integrar os activos industriais, compreendendo, na altura a Caima (produção de pasta de papel, produção e exploração florestal e produção de energia a partir de recursos renováveis) e a F. Ramada (açós especiais e sistemas de armazenagem). in www.celbi.pt

CONTACTOS

DR.ª SOFIA REIS JORGE

CLASSIFICAÇÃO GERAL

25º Lugar (35,7%)

A/B/C/D

25% / 50% / 30% / 25%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade;
/ Definição de um objectivo de redução de emissões de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Existência de departamento específico para tratar de questões sobre alterações climáticas;
/ Introdução de medidas de eficiência energética e investimentos em energias renováveis.

REVIGRÉS, S.A.

EMPRESA

Fundada em 1977 a Revigrés produz pavimentos e revestimentos vidrados por monoczedura e grés porcelânico, ocupando uma posição de liderança no mercado cerâmico nacional. *

A empresa assume hoje uma posição de liderança no mercado cerâmico nacional, com a produção de revestimentos cerâmicos vidrados e revestimentos / pavimentos em grés porcelânico, exportando cerca de 40 por cento.

in www.revigres.pt

CONTACTOS

DR.ª MARIA HELENA OLIVEIRA ROCHA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / <20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Realização de relatório de sustentabilidade;
- / Definição de objectivos ambientais e de redução de emissões de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Existência de departamento para debater o tema das alterações climáticas;
- / Desenvolvimento de iniciativas que focam as alterações climáticas.

CINCA - COMPANHIA INDUSTRIAL DA CERÂMICA, S.A.

EMPRESA

A CINCA - Companhia Industrial de Cerâmica, S.A., fundada em 1964, produz Revestimentos e Pavimentos Cerâmicos, Interiores e Exteriores. Reconhecida como líder do mercado português, com 6 unidades de produção, e representando cerca de 17% da produção nacional do sector, desde 1998 a CINCA está integrada no grupo italiano Ceramiche Ricchetti.

in www.cinca.pt

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

CONTACTOS

DR.ª MARGARIDA SOARES / ENG. LUÍS MOTA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / <20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Implementação de medidas de eficiência energética;
- / Inclusão de informação ambiental no relatório e contas.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Desenvolvimento de Sistema de Gestão da Qualidade que abrange a gestão ambiental.

CONTINENTAL MABOR

EMPRESA

A Continental estabeleceu-se em 1990 no Norte de Portugal, adquirindo uma firma local. A Continental Mabor obteve já 12 prémios e certificações de qualidade, ambientais e de saúde e segurança no trabalho.

in [European Investment Bank \(2000\)](http://European Investment Bank (2000))

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

CONTACTOS

ENG.ª DOMINGOS MACHADO

QUIMIGAL (CUF-QI)

EMPRESA

A Quimigal (CUF-Químicos Industriais) é uma empresa industrial química que lidera a Área dos Químicos Industriais do Grupo CUF, a holding química do Grupo José de Mello. A Área dos Químicos Industriais é constituída por um grupo de empresas que actuam na área dos produtos intermédios da Química Inorgânica e Orgânica pesada, Distribuição de Produtos Químicos e no Ambiente.

in www.quimigal.pt

CONTACTOS

DR.ª MARÍLIA RAMOS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / <20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Departamento responsável pelo tratamento de questões relacionadas com alterações climáticas;
/ Realização de relatório de sustentabilidade;

ASPECTOS POSITIVOS

/ Desenvolvimento de iniciativas pela empresa em que se inclui a questão das alterações climáticas;
/ Certificação ambiental;

CIMPOR - INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A. (GRUPO CIMPOR)

EMPRESA

A Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P. constituiu-se em 1976. É o maior Grupo cimenteiro português, detém o 10º lugar no ranking mundial, e é líder nacional nos mercados de Portugal e Moçambique nas áreas de produção e comercialização do cimento, cal hidráulica, betão e agregados, prefabricação de betão e argamassas secas. Tem uma capacidade instalada de 24 Milhões toneladas de cimento /ano. O Cimento constitui o core business do Grupo.

A CIMPOR é um Grupo cimenteiro internacional – um dos dez maiores a nível mundial – com sede e centro de decisão em Portugal, cuja actividade, no final de 2007, se estendia a doze países de quatro continentes, com uma capacidade instalada de produção de cimento (com clínquer próprio) de 28,4 milhões de toneladas/ano.

in www.cimpor.pt

NOTA: Empresa não colaborou e existe informação.

CONTACTOS

DR.º RAUL CALDEIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

9º Lugar (67,9%)

A/B/C/D

75% / 60% / 70% / 75%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Criação de incentivos internos para permitir concretizar objectivos ambientais estabelecidos;
/ Desenvolvimento de política de fornecedores considerando critérios ambientais.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade com uso de indicadores adicionais do GRI.
/ Redução verificada de redução de emissões de GEE.

SECIL - COMPANHIA GERAL DE CAL E CIMENTO, S.A. (GRUPO SECIL)

EMPRESA

A Secil é uma das principais empresas produtoras de cimento em Portugal, fundada em 1930. Com uma produção anual na ordem de 4 milhões de toneladas de cimento, assegura mais de 35% das necessidades de cimento em Portugal, através das suas fábricas Secil-Outão, Maceira-Liz e Cibra-Pataias. As duas últimas integram a CMP, empresa detida a 100% pela Secil.

in www.secil.pt

CONTACTOS

ENG.º BRAVO FERREIRA

NOTA: Empresa recusou participar..

TINTAS CIN

EMPRESA

As Tintas CIN nasceram em 1926 e desde logo concentraram a sua actividade na indústria de tintas e vernizes, servindo um mercado na altura ainda não segmentado. A CIN Integra o maior grupo ibérico no mercado de tintas e vernizes o Grupo CIN cuja actividade está orientada por uma postura de liderança de performance nos mercados em que intervém e pela optimização da sua carteira de negócios.

O Grupo CIN é um dos principais intervenientes no mercado das tintas e vernizes, liderando o mercado nacional desde 1992 e o mercado ibérico desde 1995.

in www.cin.pt

CONTACTOS

ENG.º JOSÉ CALVÃO / MARINA ALVES

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / <20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade; objectivos ambientais estabelecidos;

/ Definição de objectivos ambientais, considerando critérios ambientais.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Participação de membros da administração no debate público sobre alterações climáticas;

/ Medidas de certificação.

TINTAS DYRUP

EMPRESA

A Dyrup é uma empresa multinacional de origem Dinamarquesa, não cotada na Bolsa de Valores de Lisboa, que tem como principais actividades o desenvolvimento, produção e venda de tintas para a construção civil e produtos para o tratamento de madeira.

in www.dyrup.pt

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

CONTACTOS

ENG.º PAULA LOURENÇO / ENG.º HELENA BENTES

MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A. (GRUPO MOTA-ENGIL)

EMPRESA

No ano de 2003 concluiu-se o processo de reorganização do Grupo Mota-Engil. A Mota-Engil Engenharia e Construção SA, principal empresa operacional do grupo. Desenvolve actividade principal na área da construção (empreitadas de obras públicas e privadas e actividades com elas conexas). Tem uma larga presença em mercados internacionais, e são também o grupo de construção português com maior presença externa na Europa alargada.

in www.mota-engil.pt

CONTACTOS

DR.º RUI PEDROTO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / <20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Desenvolver política de fornecedores incluindo critérios ambientais;

/ Realização de inventário de emissões de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Certificação e auditoria em obra;

/ Existência de departamento específico para tratar o tema das alterações climáticas.

SOMAGUE ENGENHARIA, S.A.

EMPRESA

A SOMAGUE foi constituída em 1952, tendo em 1993 adoptado a actual denominação, actuando na área da construção, ambiente e energia, transportes, e imobiliário. Em 2004 dá-se a integração da SOMAGUE no Grupo espanhol SyV - Sacyr Vallehermoso. A Somague Engenharia é a subsidiária responsável pelo core business do ex-grupo Somague.

in www.somague.pt

CONTACTOS

ENG.º MIGUEL GALVÃO TOMÉ

CLASSIFICAÇÃO GERAL

17º Lugar (53,3%)

A/B/C/D

75% / 60% / 50% / 33,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Análise das fontes indirectas de emissões de GEE;
- / Definição de objectivo de redução de emissões de GEE a atingir.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Elaboração de relatório de sustentabilidade com uso de indicadores adicionais do GRI.
- / Debate das alterações climáticas a nível de conselho de administração.

TEIXEIRA DUARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

EMPRESA

Representando um dos mais importantes Grupos Económicos Portugueses, a "TEIXEIRA DUARTE-Engenharia e Construções, S.A." (TEIXEIRA DUARTE) é actualmente controlada pela sociedade de raiz estritamente familiar "TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", a quem são imputáveis mais de 52% do capital social.

in www.tduarte.pt

CONTACTOS

ENG.º JOSÉ PEDRO COBRA FERREIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

<20% / <20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Desenvolvimento de departamento específico para tratar do tema das alterações climáticas, ou inclusão em departamento já existente;
- / Definição de objectivos ambientais.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Desenvolvimento de programas de gestão que incluem a componente ambiental.

FISIPE

EMPRESA

A FISIPE é um produtor europeu de fibras acrílicas com fábrica no Lavradio, Portugal, desde 1976. A empresa foi constituída em 1973, fruto de um joint-venture entre a CUF e o grupo japonês Mitsubishi e está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa desde 1986. A FISIPE, de empresa fundamentalmente produtora de fibras têxteis standard, tem-se vindo a tornar, gradualmente, numa empresa produtora de fibras acrílicas especiais, nomeadamente fibras pré-tintas, funcionais e para aplicações técnicas. A FISIPE é uma empresa essencialmente exportadora, exportando 95% da sua produção e actuando nos mercados a nível mundial.

in www.fisipe.pt

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

CONTACTOS

ENG.º JORGE REGINO

LAMEIRINHO

EMPRESA

A Lameirinho foi fundada em 1948, por Joaquim Martins Coelho Lima, pai da actual presidente da empresa. A forte tradição familiar aliada a uma constante modernização das estruturas das estruturas e equipamentos levou a Lameirinho a um patamar de destaque no panorama nacional e internacional.

in www.lameirinho.pt

CONTACTOS

DR.º FERNANDO COSTA / DR. OCTÁVIO PEREIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (< 20%)

A/B/C/D

25% / < 20% / < 20% / < 20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de objectivos ambientais.

/ Desenvolvimento de acções que foquem o tema das alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Existência de departamento para tratar do tema das alterações climáticas;

/ Implementação de modelo de certificação.

LACTOGAL, PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.

EMPRESA

A LACTOGAL, Produtos Alimentares S.A., é uma empresa agro-alimentar portuguesa especializada em lacticínios e seus derivados.

Fundada pela AGRQS - União das Cooperativas de Produtores de Leite Entre Douro e o Minho e Trás-os-Montes, UCRL, a LACTICOOP - União das Cooperativas de Produtores de Leite entre Douro e Mondego, UCRL, e a PROLEITE/MIMOSA S.A. e cujo propósito é produzir e comercializar, nos mercados nacional e internacional, lacticínios e outros bens alimentares através das suas marcas.

in www.lactogal.pt

CONTACTOS

DR.º JOÃO PEDRO SILVA

NOTA: Empresa recusou participar.

NESTLÉ PORTUGAL, S.A.

EMPRESA

A Nestlé Portugal, S.A. é uma sociedade de direito português detida a 100% pela Nestlé España, S.A.. Ambas as sociedades integram o Grupo Nestlé, cuja empresa-mãe é a sociedade Nestlé, S.A., com sede em Vevey, na Suíça. O Grupo Nestlé é o maior produtor mundial de alimentos e água engarrafada, estando presente de forma directa na maioria das empresas do mundo, empregando cerca de 253 000 pessoas e tendo fábricas estabelecidas em 85 países.

in [Comentários ao Pré-Relatório](#)

CONTACTOS

ENG.º SANDRA SARAIVA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

24º Lugar (36,7%)

A/B/C/D

<20% / 70% / 30% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Participação de membros da administração no debate público sobre o tema;

/ Definição de política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Desenvolvimento de iniciativas que focam a problemática das alterações climáticas;

/ Definição e comunicação de objectivos ambientais directamente ligados com a redução de emissões de GEE.

TAP - TRANSPORTE AÉREO, S.A.

EMPRESA

A TAP iniciou a sua actividade em Março de 1945. Em Junho de 2003 a holding TAP – Transportes Aéreos Portugueses foi constituída. Neste grupo empresarial inserem-se os negócios estratégicos de transporte aéreo de passageiros e carga, manutenção e engenharia de aeronaves, serviço de assistência em terra e outros negócios acessórios.

in www.tap.pt

CONTACTOS

ENG.º MARIA JOÃO CALHA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

10º Lugar (66,7%)

A/B/C/D

100% / 70% / 40% / 83,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Inclusão de emissões indirectas no inventário;
- / Desenvolvimento de iniciativas pela empresa que focam o tema da alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Concretização de objectivos de redução de GEE;
- / Participação activa no debate publico sobre alterações climáticas.

SATA INTERNACIONAL

EMPRESA

Subsidiária da SATA Air Açores e licenciada para operar voos no exterior dos Açores, a SATA Internacional resultou da transformação da Oceanair – uma companhia aérea adquirida pela SATA Air Açores em 1994.

in www.sata.pt

CONTACTOS

ENG.º NUNO RODRIGUES

NOTA: Empresa recusou participar.

PATINTER - PORTUGUESA DE AUTOMÓVEIS TRANSPORTADORES, S.A.

EMPRESA

PATINTER, S.A., empresa fundada em 1967, com a finalidade de dar apoio à linha de montagem de automóveis localizada em Mangualde, possui instalações físicas em Portugal, Espanha e França, e realiza transportes rodoviários nacionais e internacionais.

in www.patinter.net

A Patinter é uma empresa que tem como finalidade dar apoio à linha de montagem de automóveis localizada em Mangualde ao mesmo tempo que realiza transportes rodoviários nacionais e internacionais

CONTACTOS

DR.º JÚLIO FERNANDES

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

TRANSPORTES LUÍS SIMÕES, S.A. (GRUPO LUÍS SIMÕES)

EMPRESA

A Transportes Luís Simões (TLS) é a base da construção de todo o Grupo Luís Simões, tendo verificado desde a sua fundação um crescimento permanente, sustentado por uma visão estratégica do negócio, clara e inovadora, que levou a empresa à posição de líder destacado no sector dos transportes rodoviários de mercadorias em Portugal e que permite fundar as bases do posicionamento do Grupo Luís Simões como o mais importante Operador Logístico e de Transportes em toda a Península Ibérica. Os TLS exercem a actividade do transporte rodoviário de mercadorias a partir de Portugal, liderando o mercado do transporte nacional e, em conjunto com a Luis Simões Logística Integrada, lidera o mercado dos fluxos rodoviários entre os dois países ibéricos. Desenvolve ainda serviços de transporte internacional com toda a Europa, principalmente com França, Itália, Alemanha e Benelux.

in www.luis-simoes.pt

CONTACTOS

DR.ª MARIA ANTÓNIA DO ROSÁRIO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

31º Lugar (23,3%)

A/B/C/D

75% / 40% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade;
/ Desenvolvimento de inventário de emissões de GEE.

Aspectos positivos

ASPECTOS POSITIVOS

/ Divulgação pública de objectivos ambientais;
/ Implementação de medidas de eficiência energética.

STCP - SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLECTIVOS DO PORTO, S.A.

EMPRESA

A Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA é uma empresa detida pelo Estado Português. Como uma das principais empresas de transporte público de passageiros do país, a STCP está empenhada em desenvolver a sua actividade de prestador de serviço público dentro da Área Metropolitana do Porto (AMP) de uma forma socialmente responsável, pretendendo colaborar activamente para o seu desenvolvimento sustentável.

in [Relatório & Contas - STCP](#)

CONTACTOS

DR.º JOAQUIM REINAS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / <20% / 20% / 33,3%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Inclusão no inventário de emissões as fontes indirectas;
/ Submissão de relatório de sustentabilidade a verificação externa.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Elaboração de inventário de emissão de GEE;
/ Utilização, no relatório de sustentabilidade, de indicadores adicionais do GRI.

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, S.A.

EMPRESA

Empresa de transporte público de passageiros centenária - fundada em 1872. Engloba eléctricos, autocarros, ascensores e elevador de Lisboa, assim como outros serviços.

A Carris tem procurado ao longo dos últimos anos ajustar o seu funcionamento às necessidades do mercado, aumentando a sua eficácia e promovendo a melhoria de qualidade da sua oferta com a aposta estratégica no controlo da qualidade ambiental.

in www.carris.pt

CONTACTOS

ENG.º ANTÓNIO PARENTE

CLASSIFICAÇÃO GERAL

8º Lugar (73,3%)

A/B/C/D

100% / 70% / 60% / 83,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Inclusão de emissões indirectas no inventário de emissões de GEE;
/ Disponibilização de todos os critérios adicionais do GRI.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Concretização de objectivos de redução;
/ Elaboração de inventário de emissões de GEE.

CP - COMBOIOS DE PORTUGAL, S.A.

EMPRESA

A CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. foi criada em 1975 como empresa pública responsável pela gestão do caminho de ferro em Portugal. Opera-se em 1997 a separação entre a exploração de serviços de transporte, que se mantém concessionada à CP, agora Comboios de Portugal. Os comboios urbanos representam cerca de 87% do total de passageiros transportados in www.cp.pt

CONTACTOS

DR.ª LÍGIA MOREIRA / ENG. FILIPE FERREIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

25% / 20% / <20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Participação de membros da administração no debate público sobre alterações climáticas;
/ Elaboração de relatório de sustentabilidade.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Desenvolvimento de iniciativas no âmbito da temática das alterações climáticas;
/ Implementação de um sistema de gestão ambiental.

FERTAGUS, TRAVESSIA DO TEJO, S.A.

EMPRESA

A FERTAGUS, empresa do Grupo Barraqueiro obteve a concessão para o transporte suburbano de passageiros do Eixo Ferroviário Norte/Sul. Ao todo, servem actualmente 14 estações numa extensão de linha com cerca de 54 km. A FERTAGUS é o primeiro operador privado a assegurar a gestão e exploração comercial de uma linha ferroviária em Portugal. in www.fertagus.pt

CONTACTOS

DR.ª NUNO SOARES LOPES

CLASSIFICAÇÃO GERAL

32º Lugar (20%)

A/B/C/D

<20% / 30% / 30% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de objectivos ambientais;
/ Realização de relatório de sustentabilidade. Aspectos positivos

ASPECTOS POSITIVOS

/ Desenvolvimento de material informativo sobre o tema das alterações climáticas, como o manual de boas práticas;
/ Desenvolvimento de medidas de eficiência energética.

METROPOLITANO DE LISBOA

EMPRESA

O Metropolitano de Lisboa tem a seu cargo a exploração de uma rede, predominantemente subterrânea, de transportes colectivos na cidade de Lisboa e zonas limítrofes, de natureza ferroviária in situ próprio, bem como todas as acções ligadas à sua modernização e expansão na lógica da vocação específica do seu meio de transporte, não só no contexto da cidade como no sistema multimodal de transportes de que é componente. in www.metrolisboa.pt

CONTACTOS

DR.ª SARA PLÁCIDO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

23º Lugar (40%)

A/B/C/D

<20% / 20% / 70% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de objectivo de redução de emissão de GEE a atingir;
/ Definição de departamento responsável pela questão das alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Submissão do relatório de sustentabilidade a verificação externa;
/ Elaboração de inventário de emissões de GEE, incluindo emissões indirectas.

MODELO - CONTINENTE, S.A. (GRUPO SONAE)

EMPRESA

A Modelo Continente é a sub-holding do grupo Sonae para a área do retalho. A empresa opera um vasto conjunto de cadeias de base alimentar e não alimentar como os hipermercados Continente, mini-hipermercados Modelo e supermercados Modelo Bonjour. Tem um volume de vendas brutas consolidadas de cerca de 4,0 mil milhões de Euros em 2003.

in www.modelocontinente.pt

CONTACTOS

ENG.º VITOR MARTINS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

15º Lugar (60%)

A/B/C/D

100% / 60% / 60% / 33,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Contabilização de emissões indirectas de GEE;

/ Elaboração de política de fornecedores e compras com critérios climáticos.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Definição de objectivos de redução de GEE;

/ Discussão sobre alterações climáticas a nível de conselho de administração.

PINGO DOCE, S.A. (GRUPO JERÓNIMO MARTINS)

EMPRESA

Em 1980 dá-se a constituição dos Supermercados Pingo Doce, Distribuição Alimentar, Lda., e definição de uma estratégia clara de exploração do segmento de supermercados, por parte do Grupo Jerónimo Martins. Desde então o crescimento no mercado português tem sido nítido.

O Feira Nova é a insígnia de hipermercados do Grupo Jerónimo Martins em Portugal. A marca nasceu em 1989 e passou a integrar o Grupo em 1993, com a compra das 3 lojas (Braga, Aveiro e Barreiro) ao Grupo Inovação. Actualmente possui um parque de lojas de média e grande dimensão. O Feira Nova ouve e concretiza os desejos dos seus Clientes, de modo a oferecer-lhes os produtos mais frescos, as melhores oportunidades, toda a variedade para as grandes e pequenas compras. Tudo sempre a preços baixos.

in www.pingodoce.pt e www.jeronimomartins.com/pt

CONTACTOS

ENG.º FERNANDO VENTURA / DRA. MARIANA FEIJÓ

CLASSIFICAÇÃO GERAL

22º Lugar (46,7%)

A/B/C/D

75% / 50% / 40% / 33,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Inclusão dos critérios adicionais do GRI,

no relatório de sustentabilidade;

/ Participação de membros da administração no debate público sobre alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade;

/ Iniciativas desenvolvidas pela empresa que focam as alterações climáticas, como as acções de formação aos gerentes de loja.

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

EMPRESA

Em 1876 constituiu-se a Caixa Geral de Depósitos, e em 1988 o Grupo CGD. Este Grupo mantém uma posição de liderança do sistema bancário, expressa nas diversas quotas de mercado das principais componentes da actividade.

As notações de rating da CGD são apoiadas no facto de o banco ser totalmente detido pelo Estado Português, o que o torna um poderoso interveniente na banca de retalho no mercado nacional.

in www.cgd.pt

CONTACTOS

DR.ª ISABEL BARBOSA / DRA. ISABEL GOMES

CLASSIFICAÇÃO GERAL

15º Lugar (60%)

A/B/C/D

100% / 70% / 30% / 66,67%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definir metodologia para alcançar objectivos ambientais da empresa;

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Discussão das alterações climáticas a nível de conselho de administração e participação activa de membros da administração no debate público sobre o tema;

/ Investimento em energias renováveis e na eficiência energética.

MILLENNIUM BCP

EMPRESA

O Millennium BCP é o maior grupo financeiro privado português, com representação nos continentes europeu, americano, asiático e africano. Com mais 3,5 milhões de clientes e uma quota de mercado de cerca de 25%, o Millennium BCP tem cerca de 1020 sucursais espalhadas pelo país, a maior Rede Bancária em Portugal. O parque de máquinas do Banco representa 25% do mercado nacional.

in www.millenniumbcp.pt

NOTA: Empresa não colaborou e existe informação.

CONTACTOS

ENG.º RUI AGAPITO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

17º Lugar (53,3%)

A/B/C/D

75% / 40% / 60% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de objectivos ambientais directamente relacionados com as alterações climáticas;
/ Criação de política de fornecedores e compras com critérios climáticos.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Submissão do relatório de sustentabilidade a verificação externa;
/ Realização de inventário de emissões de GEE, incluindo emissões indirectas.

BANCO ESPÍRITO SANTO

EMPRESA

O Banco Espírito Santo ocupa uma posição de liderança em Portugal (Top 3), sustentada na rentabilidade e eficiência, com o objectivo de criação de valor e está presente em mais de 17 países de todos os continentes. Os seus objectivos estratégicos assentes numa estratégia de crescimento orgânico são: manter uma rentabilidade acima da média europeia, manter a Liderança (Top 3) em eficiência na na Península Ibérica e alcançar uma quota de mercado média de 20%.

in www.bes.pt

CONTACTOS

DR.º CLÁUDIA DE SOUSA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

6º Lugar (76,7%)

A/B/C/D

100% / 60% / 100% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Inexistência de metodologias de auditoria ou sistemas de gestão ambiental;
/ Definição de objectivo de redução de emissões de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Investimento em energia renováveis;
/ Criação de incentivos à redução do consumo, de certos produtos, pelos colaboradores e respectivos departamentos.

AXA SEGUROS

EMPRESA

Do Grupo AXA em Portugal fazem parte a AXA Portugal, Companhia de Seguros, S.A., a AXA Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A., sociedades anónimas privadas do ramo segurador, a AXA Centro de Serviços a Clientes, ACE, um agrupamento complementar de empresas que presta serviços às duas sociedades anteriores, e a Fundação AXA Corações em Acção. O negócio da AXA, a Protecção Financeira, consiste em acompanhar os Clientes – particulares e pequenas, médias ou grandes empresas – em matéria de seguros, previdência, poupança e transmissão de património, durante as diferentes etapas das suas vidas.

In Relatório de Sustentabilidade 2007

CONTACTOS

ENG.º LUÍS VAZ / DRA. LUCIANA SILVA

/ DR. PEDRO CARVALHO OLIVEIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

17º Lugar (53,3%)

A/B/C/D

<20% / 40% / 70% / 83,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Criação de política de fornecedores e compras com critérios climáticos;
/ Inexistência de um departamento responsável por questões relacionadas com alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Realização de inventário de emissões de GEE, com utilização de indicadores adicionais do GRI.
/ Concretização de objectivo de redução de emissão de GEE.

IMPÉRIO BONANÇA

EMPRESA

Em 2000 é constituída a Império Bonança, Companhia de Seguros S.A., dando-se início a um processo de convergência: Uma Seguradora, Duas Marcas, Duas Redes, Uma Oferta parcialmente alinhada para Uma Marca, Uma Rede, Uma Oferta. O dia 29 de Abril de 2002, marca a unificação da rede de balcões da Império Bonança e o lançamento da sua nova imagem. A Império Bonança integrou assim as suas estruturas, nomeadamente nas áreas de consolidação dos sistemas operativos, no alinhamento completo dos seus produtos e serviços, na reestruturação das suas redes comerciais e na consequente unificação da marca Império Bonança. A nova marca incorpora a cultura e implantação de ambas as marcas e projecta uma imagem de solidez e dinamismo que traduz o forte empenho em posicionar a Império Bonança como uma companhia de seguros moderna e capaz de servir ainda melhor os seus mais de 1,5 milhões de clientes. A 19 de Julho de 2004, o Banco Comercial Português S.A. chega a acordo com o Grupo Caixa Geral de Depósitos relativamente à alienação de 100% do capital social da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A., tendo as formalidades relativas à alienação sido concluídas no dia 28 de Janeiro de 2005.

www.imperiobonanca.pt

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

CONTACTOS

ENG.º PAULO AMARAL

TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS NACIONAIS

EMPRESA

A Telecomunicações Móveis Nacionais (TMN) é o operador de comunicações móveis do Grupo Portugal Telecom e líder de mercado desde 1997. A TMN é uma empresa pioneira no mercado português, primeiro com uma rede analógica e mais tarde com uma rede digital GSM, lançou em 21 de Abril de 2004 a terceira geração de telemóveis de tecnologia UMTS.

www.tmn.pt

CONTACTOS

DR.ª FAUSTA FERREIRA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

13º Lugar (63,3%)

A/B/C/D

75% / 60% / 70% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Participação de membros da administração no debate público sobre o tema das alterações climáticas;
- / Definição de objectivo de redução de emissões de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Contabilização de emissões indirectas de GEE resultantes do consumo de energia e da sua frota automóvel;
- / Verificação externa do relatório de sustentabilidade.

VODAFONE

EMPRESA

A Vodafone é o segundo maior operador de Telecomunicações em Portugal e a sua actividade foca-se na prestação de serviços móveis de voz e dados, de serviços fixos e Internet. A Vodafone opera uma rede móvel GSM/GPRS de âmbito nacional, e foi pioneira no lançamento comercial de serviços 3G/UMTS em Portugal e o primeiro operador português a disponibilizar serviços de 3G Banda Larga.

www.vodafone.pt

CONTACTOS

ENG.ª ANA MESQUITA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

6º Lugar (76,7%)

A/B/C/D

75% / 80% / 60% / 100%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

- / Inclusão de critérios adicionais do GRI, no relatório de sustentabilidade;
- / Participação de membros da administração no debate público sobre o tema das alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

- / Definição de objectivo de redução de emissões de GEE;
- / Realização de inventário de emissões de GEE, utilizando a metodologia definida pelo Instituto do Ambiente no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissões.

SONAE SIERRA

EMPRESA

A Sonae Sierra é a especialista internacional em centros comerciais. Fundada em Portugal no ano de 1989, é actualmente detida pela SONAE, SGPS (Portugal), com 67.04%, e pela GROSVENOR (Reino Unido) com 32.96%. O modelo de negócio assenta numa estrutura integrada que reflecte as actividades de investimento, promoção e gestão de centros comerciais e de lazer
[in www.sonaesierra.pt](http://www.sonaesierra.pt)

CONTACTOS

DR.ª ELSA MONTEIRO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

1º Lugar (86,7%)

A/B/C/D

100% / 60% / 100% / 100%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Inclusão na política de fornecedores e compras critérios climático;
/ Existência de metodologia para alcançar objectivos ambientais.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Consideração das alterações climáticas a nível de conselho de administração;
/ Concretização de objectivos de redução de emissões de GEE.

CHAMARTÍN IMOBILIÁRIA, S.A.

EMPRESA

Chamartín Inmobiliaria, que em Portugal se designa Chamartín Imobiliária, é uma Companhia imobiliária de um grupo inicialmente familiar, de média dimensão, com mais de 60 anos de experiência no sector. A partir da década de setenta a empresa concentrou-se progressivamente no sector imobiliário. Hoje, a sua actividade, centra-se fundamentalmente na promoção e exploração de activos em três áreas de negócio: Residencial, Escritórios e Centros Comerciais.

Nos últimos anos a expansão internacional converteu-se no seu objectivo estratégico da Companhia. Em 2006 a Chamartín deu um passo importante no seu processo de internacionalização com a aquisição de 50% da Meermann Gruppe, na Alemanha e de 100% da Amorim Imobiliária.

No seu capital participam, para além da família fundadora, como sócios financeiros, o fundo de investimento Morgan Stanley Real State e a Caja Castilla - La Mancha, entre outros. A sede social localiza-se em Madrid e a empresa conta com quase 500 colaboradores em Espanha, Portugal e Alemanha.

[in www.chamartininmobiliaria.com](http://www.chamartininmobiliaria.com)

CONTACTOS

DR.º ANTÓNIO CARLOS ALMEIDA/ DRA. LUCIANA JESUS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

2º Lugar (83,3%)

A/B/C/D

100% / 80% / 100% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de objectivo de redução de emissões de GEE;
/ Análise de fontes indirectas de emissão de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Desenvolvimento de iniciativas relacionadas com alterações climáticas;
/ Política de fornecedores e compras com critérios climáticos.

VALORSUL, S.A.

EMPRESA

A Valorsul, S.A. é a empresa responsável pelo tratamento e valorização das cerca de 750 mil toneladas de Resíduos Sólidos Urbanos produzidas, por ano, nos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira. A sua área de intervenção corresponde a menos de 1% da área total do país, mas valoriza quase um sexto de todo o lixo doméstico produzido em Portugal.

Esta imensa quantidade de resíduos é tratada e valorizada pela Valorsul através de um moderno Sistema de Gestão Integrada de RSU adequado ao crescimento e à composição do nosso lixo urbano.
[in www.valorsul.pt](http://www.valorsul.pt)

CONTACTOS

DR.ª JOANA XAVIER

CLASSIFICAÇÃO GERAL

26º Lugar (33,3%)

A/B/C/D

100% / 30% / <20% / 33,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Desenvolvimento de relatório de sustentabilidade.
/ Definição de objectivos redução de emissão de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Desenvolvimento de inventário de emissões de GEE;
/ Realização de auditorias de Ambiente segundo a norma NP EN ISO 14001.

LIPOR - SERVIÇO INTERMUNICIPALIZADO DE TRATAMENTO DE LIXO DA REGIÃO DO PORTO

EMPRESA

A LIPOR existe desde 1982, e tem por objecto a reciclagem, valorização, tratamento e aproveitamento final dos resíduos sólidos entregues pelos Municípios do Grande Porto associados, e por outras entidades que a Associação de Municípios venha a admitir, bem como a gestão, manutenção e desenvolvimento das infra-estruturas necessárias para o efeito. in www.lipor.pt

CONTACTOS

DR.ª RITA REBELO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

29º Lugar (30%)

A/B/C/D

75% / 30% / 30% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de objectivos ambientais directamente relacionados com as alterações climática;
/ Desenvolvimento de inventário de emissões de GEE.
Aspectos positivos

ASPECTOS POSITIVOS

/ Existência de departamento específico que trata de questões relacionadas com as alterações climáticas;
/ Desenvolvimento de iniciativas sobre o tema das alterações climáticas.

CTT

EMPRESA

Os CTT - Correios de Portugal são uma poderosa plataforma multiserviços, visando a satisfação das necessidades dos cidadãos e dos agentes económicos, através de uma rede comercial e logística de elevada qualidade, eficiência e proximidade do Cliente. São um elemento essencial do desenvolvimento social e económico do país, contribuindo para a melhoria dos padrões de qualidade de vida dos clientes e dos trabalhadores, mercê de uma dinâmica, de uma cultura de serviços e de um sentido de responsabilidade social irreprensíveis. in www.ctt.pt

CONTACTOS

DR.º LUÍS FILIPE PAULO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

2º Lugar (83,3%)

A/B/C/D

75% / 70% / 90% / 100%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Participação de membros da administração no debate público sobre o tema das alterações climáticas;
/ Definição de política de fornecedores e compras com critérios climáticos.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Definição de objectivos de redução de GEE;
/ Verificação externa do relatório de sustentabilidade.

DHL

EMPRESA

A Deutsche Post World Net (DPWN) detém a totalidade do volume de acções da DHL Worldwide Express, através do programa STAR. Este programa também se aplicou em Portugal e portanto à DHL Portugal. Este grupo realizou lucros superiores a 63 mil milhões de euros em 2007

NOTA: Empresa não colaborou e não existe informação.

CONTACTOS

DR.ª CRISTINA MARTINEZ /ENG. TERESA MANSO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

29º Lugar (30%)

A/B/C/D

100% / 30% / 20% / <20%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Elaboração de relatório de sustentabilidade.
/ Definição de objectivos ambientais quantificáveis relacionados com alterações climáticas.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Existência de departamento específico para tratar de temas relacionados com alterações climáticas;
/ Implementação de Sistema de Gestão Ambiental, segundo a Norma Ambiental ISO 14001:2004

PARTICIPAÇÕES VOLUNTÁRIAS

METRO DO PORTO

EMPRESA

O Metro do Porto é uma empresa, fundada em 1994, a quem o Estado Português concessionou a concepção, a construção e a exploração do Sistema de Metropolitano Ligeiro da Área Metropolitana do Porto.
in www.metrodoporto.pt

CONTACTOS

DR.ª CRISTIANE REIS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

30º Lugar (26,7%)

A/B/C/D

<20% / 20% / 40% / 33,33%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos.
/ Determinação de objectivos de redução de emissões de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Elaboração de inventário de emissão de GEE;
/ Desenvolvimento de relatório de sustentabilidade.

BANIF

EMPRESA

O Banif - Grupo Financeiro, cuja origem se reporta ao ano de 1988, a partir da transformação da Caixa Económica do Funchal, é hoje um grupo financeiro de vocação universal, com uma rede de distribuição multi-canal e com uma operação Internacional em expansão, que pretende ser uma referência quanto à qualidade de serviço e excelência na gama de produtos e serviços disponibilizados.
in www.grupobanif.pt

CONTACTOS

ENG.ª LUCIANA MACEDO

CLASSIFICAÇÃO GERAL

20º Lugar (50%)

A/B/C/D

75% / 40% / 50% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Submissão de relatório de sustentabilidade a verificação externa;
/ Definição de política de fornecedores e compras com critérios ambientais.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Identificação de fontes indirectas de emissão de GEE;
/ Discussão das alterações climáticas a nível de conselho de administração.

DELTA

EMPRESA

Desde a sua fundação, a Delta assentou em valores sólidos e princípios humanos que se reflectiram na criação de uma marca de Rosto Humano, assente na autenticidade das nossas relações com todas as partes interessadas. Com esta base, desenvolvemos os nossos princípios agora descritos e que constituem uma ferramenta de gestão para nos orientar na acção e nas relações com as partes interessadas. O respeito dos Nossos Princípios Empresariais é requisito fundamental para o desenvolvimento de uma relação sólida e duradoura com as partes interessadas.

in [Manual de Cultura Delta](#)

CONTACTOS

DR.ª CLÁUDIA PORTELA

CLASSIFICAÇÃO GERAL

10º Lugar (66,7%)

A/B/C/D

100% / 40% / 80% / 66,7%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Definição de política de fornecedores e compras com critérios climáticos;
/ Desenvolvimento de política de eficiência energética.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Existência de objectivos de redução de emissões de GEE;
/ Elaboração de Inventário de Emissões de GEE, com base na metodologia do GHG Protocol.

ECOCHOICE

EMPRESA

A ECOCHOICE é uma empresa do Grupo Lena, e nasceu de uma ideia de negócio candidata ao concurso Lena Business 2006. Este tem como objectivo fomentar a cooperação entre as empresas e o ensino, premiando a melhor ideia de negócio tornando-a numa nova empresa com o Grupo Lena como accionista. Somos uma equipa tecnicamente sólida, representando várias áreas desde a Engenharia à Arquitectura
in www.ecochoice.pt

CONTACTOS

DR.ª LILIANA SOARES

CLASSIFICAÇÃO GERAL

33º Lugar (<20%)

A/B/C/D

<20% / <20% / <20% / <20%

BANCO SANTANDER TOTTA

EMPRESA

O Santander Totta foi criado em Dezembro de 2004 e resulta da reorganização societária de três Bancos Comerciais: o Banco Totta & Açores, o Crédito Predial Português e o Banco Santander Portugal. O Santander Totta com cerca de 1,8 milhões de clientes e 663 agências espalhados por todo o país, detém aproximadamente 11% de quota no sistema bancário português e é o terceiro banco privado em termos de activos e o segundo por resultados.

in web.santandertotta.pt

CONTACTOS

DR.º RUI MIGUEL SANTOS

CLASSIFICAÇÃO GERAL

20º Lugar (50%)

A/B/C/D

75% / 50% / 40% / 50%

ASPECTOS PASSÍVEIS DE MELHORIA

/ Submissão de Relatório de Sustentabilidade a verificação externa;
/ Definição de objectivo de redução de emissão de GEE.

ASPECTOS POSITIVOS

/ Elaboração de inventário de emissões de GEE, incluindo fontes indirectas de emissões.
/ Discussão a nível de conselho de administração de questões relacionadas com alterações climáticas.

ANEXO II

**LISTA DE ITENS
DE AVALIAÇÃO
DAS EMPRESAS
DO **ACGE/07****

ITENS DE AVALIAÇÃO		FÓRMULA DE PONTUAÇÃO APROVADA EM C.C.	
A.	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA EMPRESA E SUA SUPERVISÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA CAPÍTULO = 4
I. CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA			
	• Organograma da empresa.		INF
	• Composição do CA. Número de administradores não-executivos.		INF
	• Auditorias dos R&C e da sua periodicidade.		INF
	• A composição accionista da empresa.		INF
	• Cotação na Euronext Lisboa.		INF
II. MODELO DE GOVERNAÇÃO DA EMPRESA PARA AS QUESTÕES AMBIENTAIS E CONCRETAMENTE PARA AS QUESTÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS			
II.1	Qual o número de funcionários da empresa?		INF
II.2	Existe um departamento/comité específico para tratar das questões relacionadas com as alterações climáticas/eficiência energética? Se sim, qual o seu nome e data de criação? Qual é o grau de formalização deste departamento?	1	Sim=1 / Não=0
II.2a	O departamento/comité anterior trata de outras questões? Se sim, quais?		INF
II.3	Verificar o distanciamento hierárquico do responsável pelo departamento/comité anterior ao CA.		INF
II.4	Verificar se a empresa recorre ao outsourcing nas seguintes áreas em particular:		
	• Elaboração de Inventários de Emissões de GEE.		INF
	• Estudos de medidas de implementação para o aumento de eficiência energética.		INF
	• Definição de estratégias (investimento em Energias renováveis, redução de GEE e gestão de carbono).		INF
III. A ABORDAGEM DA EMPRESA AO DESAFIO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS			
III.1	Verificar se as alterações climáticas foram concretamente debatidas ao nível do Conselho de Administração, tendo resultado em tomadas de posições oficiais, se se verificou a inclusão ou não da empresa em determinado grupo de trabalho voluntário, etc.	2	Sim=2 / Não=0
III.2	Verificar se existem membros da administração a participar activamente no debate público sobre alterações climáticas na qualidade de representante mesma empresa, obtendo o nome do orador ou redactor (para o caso de publicações e artigos em jornais, revistas, etc.), data do acontecimento e objecto apresentado ou escrito.	1	Sim=1 / Não=0
III.3	Qual tem sido o papel dos accionistas nesta questão?		
	• Accionistas questionam o acompanhamento da questão pela empresa.		INF
	• Accionistas solicitam definição de estratégias.		INF
	• Accionistas solicitam pontos de situação.		INF
	• Accionistas solicitam mais informação sobre o tema.		INF
III.4	A empresa disponibiliza mecanismos que permitem a participação dos seus colaboradores nas questões relativas a alterações climáticas? Se sim, em que moldes é realizada esta participação? Quais são os resultados desta participação?		INF

TABELA 25 / Lista de Itens de Avaliação das Empresas do ACGE 2007

ITENS DE AVALIAÇÃO		FÓRMULA DE PONTUAÇÃO APROVADA EM C.C.	
B.	GESTÃO DE EMPRESAS E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA CAPÍTULO = 10
IV.	CARACTERIZAR AS OBRIGAÇÕES LEGAIS DA EMPRESA NO QUE RESPEITA ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
IV.1	Analisar vínculos legais da empresa para tomar iniciativas face às alterações climáticas (nome e âmbito).		INF
V.	A ABORDAGEM DA EMPRESA ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS E À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA		
V.1	Analisar os investimentos da empresa em Energias Renováveis. Qual a metodologia adoptada para avaliar o potencial aumento ou redução de emissões associados a investimentos em energias renováveis: Greenhouse Gas Protocol for Project Accounting, Própria; Outras. Quais?	Nota: esta questão é avaliada em conjunto com V.2	INF
V.2	Analisar os investimentos da empresa em medidas de Eficiência Energética. Qual a metodologia adoptada para avaliar o potencial aumento ou redução de emissões associados a estes: Greenhouse Gas Protocol for Project Accounting; Metodologia descrita na Proposta de Directiva 2003/0300 COD; Outras? Quais?	2	Sim=2 / Não=0
VI.	CARACTERIZAR A ESTRUTURA DE OBJECTIVOS AMBIENTAIS NA EMPRESA		
VI.1	Verificar a existência de objectivos ambientais quantificados e directamente relacionados com as alterações climáticas (emissões de GEE e eficiência energética).	1	Sim=1 / Não=0
VI.2	Verificar se os objectivos ambientais da empresa são de acesso público (planos de negócios, Relatório e Contas, relatório de sustentabilidade, etc.).	2	Sim=2 / Não=0
VI.3	Metodologia utilizada para alcançar os objectivos ambientais da empresa.	1	Sim=1 / Não=0
	• Por compensação e incentivo de colaboradores/administradores.	1	Sim=1 / Não=0
	• Desempenho ambiental genérico (quais os parâmetros de avaliação).	1	Sim=1 / Não=0
	• Desempenho em eficiência energética.	1	Sim=1 / Não=0
	• Desempenho em emissões de GEE. 1Sim=1 / Não=0		
	• Certificação e Auditorias Ambientais (nome, periodicidade, entidade, etc).	1	Sim=1 / Não=0
	• Outras. Quais?	1	Sim=1 / Não=0
VI.4	Verificar se existe uma política de fornecedores e compras com base em critérios climáticos. Que critérios são esses?	2	Sim=2 / Não=0

TABELA 25 / Lista de Itens de Avaliação das Empresas do ACGE 2007

ITENS DE AVALIAÇÃO		FÓRMULA DE PONTUAÇÃO APROVADA EM C.C.	
C.	DIVULGAÇÃO DA PREOCUPAÇÃO DAS EMPRESAS PERANTE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA CAPÍTULO = 10
VII.	A POSIÇÃO DA EMPRESA FACE ÀS EVIDÊNCIAS ACTUAIS SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
VI.1a	Analisar vínculos legais da empresa para tomar iniciativas face às alterações climáticas (nome e âmbito).	1	Sim=1 / Não=0
VI.1b	A empresa é parceira/sócia de alguma organização ou associação com preocupações ambientais, nomeadamente no que diz respeito às questões das alterações climáticas, eficiência energética ou sustentabilidade (Ex.: BCSD, RSE, etc.)?		INF
VI.2	Qual é a posição da empresa relativamente às alterações climáticas?		INF
VIII.	RELATÓRIOS DA EMPRESA SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS		
VIII.1	Quais as formas de informação da problemática das alterações climáticas na empresa: Relatórios, Documentos, Comunicados (internos/de imprensa), Newsletters, Outros (analisando a sua periodicidade, os destinatários e a metodologia de divulgação)?	2	Sim=2 / Não=0
VIII.2	Verificar se a empresa inclui informação ambiental, relacionada com as AC, no seu Relatório e Contas.		
IX.	CARACTERÍSTICAS DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE		
IX.1	A empresa elabora/ publica Relatórios de Sustentabilidade (RS)?		
IX.1a	Utiliza os “indicadores adicionais” do GRI? Se sim, quais?		
	2002 Guidelines		
	• Energia: EN17/EN 18/EN19.		
	• Emissões Efluentes e Resíduos: EN30.		
	• Transportes: EN34.		
	G3 Guidelines		
	• Energia: EN5/EN6/EN7.		
	• Emissões Efluentes e Resíduos: EN18.		
	• Transportes: EN29.		
IX.1b	Verificar se o Relatório de Sustentabilidade é submetido a verificação externa.		

TABELA 25 / Lista de Itens de Avaliação das Empresas do ACGE 2007

ITENS DE AVALIAÇÃO		FÓRMULA DE PONTUAÇÃO APROVADA EM C.C.	
D.	INVENTÁRIOS DE GASES COM EFEITOS DE ESTUFA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA CAPÍTULO = 6
X.	ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIOS DE EMISSÕES DE GEE		
X.1	Verificar se a empresa elabora um Inventário das Emissões de GEE. Analisar os níveis de divulgação dos resultados do inventário:	2	Se elabora inventários de GEE = 2
	• Relatório próprio de emissões de GEE.	2	Se elabora inventários de GEE = 2
	• Informação do inventário incluída no Relatório de Sustentabilidade.	2	Se elabora inventários de GEE = 2
	• Informação incluída noutros documentos.	2	Se elabora inventários de GEE = 2
XI.	CARACTERÍSTICAS DA ELABORAÇÃO DOS INVENTÁRIOS		
XI.1	Verificar a metodologia utilizada:		INF
	• Metodologia descrita na Portaria N.º 121/2005.		INF
	• Greenhouse Gas Protocol.		INF
	• Metodologia sectorial.		INF
	• Metodologia própria.		INF
XII.	CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS INVENTÁRIOS		
XII.1	Quais são os gases inventariados pela empresa?		INF
XII.2	Analisar fontes indirectas de GEE consideradas, como:	1	Se contabilizar
	• Electricidade ou gás natural comprado a terceiros.	1	electricidade
	• Emissões associadas aos transportes (como transporte dos funcionários nos trajectos casa-empresa, transporte de material para a empresa, etc.).	1	ou gás natural e emissões dos
	• Outras.	1	transportes = 1
XIII.	DEFINIÇÃO DE UM ANO DE REFERÊNCIA SOBRE O QUAL CONTABILIZAR AS EMISSÕES ¹		
XIII.1	Qual a data que empresa considera para referenciar as suas emissões.		INF
XIV.	PROJEÇÕES DE EMISSÕES DE GEE		
XIV.1	Está definido um objectivo de emissões de GEE a atingir?	2	Sim = 1 / Não = 0
XIV.1a	Encontrar os objectivos percentuais de redução de emissões de cada empresa.		INF
XIV.1b	Verificar a periodicidade que a empresa considera para os seus objectivos. Ver se tem objectivos para todos os anos até a que máximo (10 anos por exemplo).		INF
XIV.1c	Verificar se a empresa já conseguiu alguma redução nas suas emissões, se tem atingido os objectivos propostos, e através de que principais medidas. Caso não o esteja a conseguir, analisar as razões.	1	Sim = 1 / Não = 0
XIV.2	Existe acesso público às projecções de emissões de GEE? Em qualquer dos casos analisar os motivos.		INF

TABELA 25 / Lista de Itens de Avaliação das Empresas do ACGE 2007

À Direcção da

Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e
Desenvolvimento Sustentado

**Verificação Independente do processo relativo ao
Índice de Responsabilidade Climática em Portugal: ACGE 2007**

Introdução

Fomos solicitados pela Direcção da Euronatura – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado (Euronatura), para procedermos à verificação independente da informação constante do processo associado ao Índice de Responsabilidade Climática em Portugal: ACGE 2007, produzido pela Euronatura.

Responsabilidades

A Direcção da Euronatura é responsável pela informação apresentada, metodologia utilizada para avaliar as diferentes entidades participantes do índice, bem como critérios inerentes e sistemas dos processos de recolha, agregação, validação e relato da mesma. A nossa responsabilidade consiste na elaboração de um relatório sobre a adequação daquela informação, de acordo com o âmbito de procedimentos acordados referido no parágrafo seguinte. Não assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer outro propósito, pessoas ou organizações. Qualquer utilização que venha a ser feita por qualquer terceiro dos dados deste relatório é da sua inteira responsabilidade e risco.

Âmbito

Nesta verificação, os nossos procedimentos foram os acordados com a Euronatura e consistiram em: (i) verificar a existência de evidência das questões pontuáveis no modelo utilizado, e (ii) conferir os cálculos do índice.

Conclusões

Com base no trabalho efectuado, concluímos que a pontuação total atribuída a cada entidade corresponde ao cômputo das questões individuais correspondentes e todos os pontos atribuídos a cada entidade está suportada em conformidade com o modelo previamente definido pela Euronatura.

Lisboa, 15 de Dezembro de 2008

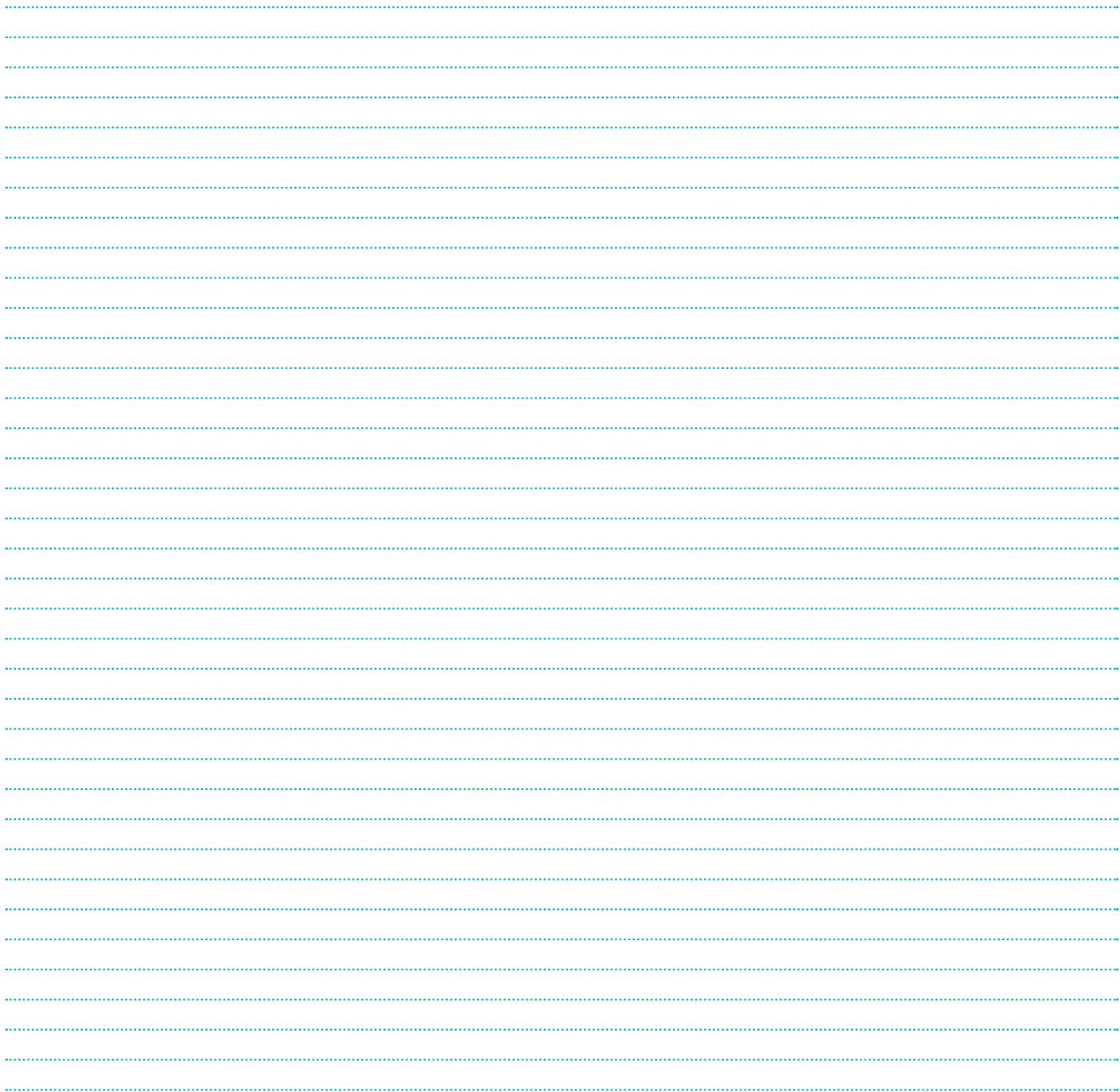
PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.
representada por:

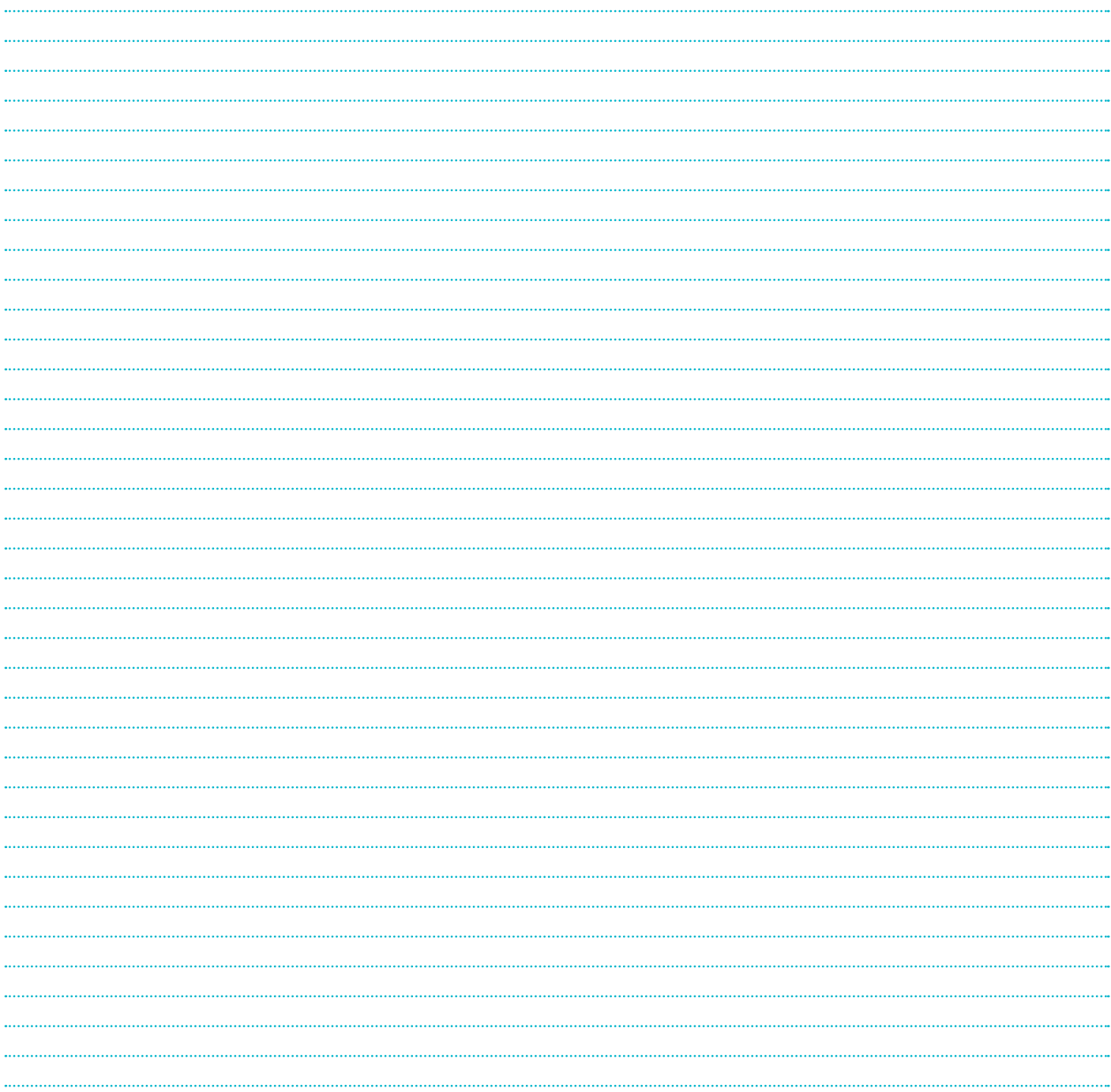


António Joaquim Brochado Correia, ROC

OBSERVAÇÕES

A series of horizontal dotted lines for writing observations.





AGRADECIMENTOS

A realização do Projecto “Responsabilidade Climática em Portugal: Índice ACGE2007” só foi possível com a dedicação e esforço de todas as partes envolvidas. O nosso reconhecimento vai desde o Conselho Consultivo, em especial ao Engº Luís Rochartre e a Dra. Anabela Vaz Ribeiro, pelo apoio prestado tanto a nível intelectual como a nível de disponibilidade e pela sua estimável ajuda na construção de mais uma edição do Índice, aos parceiros do projecto pelo seu contributo nas mais diversas áreas.

Às empresas cabe-nos agradecer a sua participação e contributo no fornecimento dos dados de análise essenciais para a construção do Ranking.

À equipa da PricewaterhouseCoopers, em especial à Eng.ª Cláudia Coelho, cabe nos agradecer o seu empenho em garantir que os dados que compõem o Índice são válidos e que todo o processo sofreu um controlo adicional de qualidade.

Por último o autor do projecto gostaria de agradecer à Ana Gomes, à Sara Dourado, a todos elementos da Euronatura e também à Catarina Golias, todos amigos que colaboraram para que o Índice ACGE se tornasse uma realidade.

PATROCÍNIOS



PARCEIROS



EURONATURA CENTRO PARA O DIREITO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

WWW.EURONATURA.PT

Av. Gomes Pereira N° 98, 4º Andar, Benfica
1500 - 332 Lisboa / Portugal
Tel.: 213 868 420 / Fax.: 213 868 419
geral@euronatura.pt

A EURONATURA – Centro para o Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentado é uma organização sem fins lucrativos equiparada a organização não-governamental de ambiente, especializada em investigação em ciência, política e direito de ambiente, particularmente no respeitante a matérias de cariz internacional.

Fundada em 1997, a EURONATURA organiza o seu trabalho em três áreas programáticas fundamentais: Ciência e Política das Alterações Climáticas, Águas Internacionais e Economia e Ambiente.

A Euronatura organizou, na área das Alterações Climáticas, e em parceria com a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, o Workshop “Economia de Carbono – Oportunidades e Constrangimentos para Portugal”, que teve lugar em 2001 e que se pode considerar como tendo sido o primeiro grande evento público em Portugal sobre

a matéria. É ainda de realçar a participação membros da Euronatura na Delegação Portuguesa de Clima da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC), durante a Presidência Portuguesa ao Conselho da EU, em 2007.

Durante a última década a Euronatura dedica-se à executar de projectos na área das alterações climáticas, como é índice Alterações Climáticas e Gestão de Empresas (ACGE), que aqui divulgamos. O ACGE tem uma história feita de quatro anos de experiência, e continua a desempenhar a sua função na consciencialização de todos actores económicos com oempenho de sempre. Continua a acreditar que o desafio das alterações climáticas deve ser concretizados por todos os actores. Neste contexto assume as funções de representação social, que lhe foram conferidas na sua génese, partilhando com as empresas e os seus parceiros o esforço de combate ás alterações climáticas.